

Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e Controladas

Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes ao
Período de Três Meses Findo em
31 de Março de 2019 e
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da
Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Companhia") referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2019

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Fernando A. L. Silva

Fernando Augusto Lopes Silva
Contador
CRC nº 1 SP 250631/O-7

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 31 DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018			31/03/2019	31/12/2018		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	107.090	177.846	128.910	205.003	Fornecedores	13	62.475	71.117	99.839	105.398
Contas a receber	6	181.218	168.573	251.405	236.646	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	191.691	194.378	210.216	208.749
Transações com partes relacionadas	21	2.140	8.794	1.881	3.799	Passivo de arrendamento	15	51.525	24.778	65.046	32.837
Impostos a recuperar	8	28.099	29.328	49.079	49.665	Impostos a recolher	17	29.350	36.499	38.119	48.892
Despesas antecipadas	7	40.118	40.783	44.205	43.644	Salários e encargos sociais	18	82.035	85.236	94.939	98.190
Depósitos judiciais	16.1	928	629	928	629	Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	20.b)	39.000	46.590	39.000	46.590
Outros créditos		16.432	19.195	20.748	22.875	Transações com partes relacionadas	21	3.069	898	1.228	898
Total dos ativos circulantes		<u>376.025</u>	<u>445.148</u>	<u>497.156</u>	<u>562.261</u>	Provisão para riscos e processos judiciais	16	5.541	4.197	6.378	5.010
						Demais contas a pagar		<u>14.989</u>	<u>14.104</u>	<u>21.291</u>	<u>22.627</u>
NÃO CIRCULANTES						Total dos passivos circulantes		<u>479.675</u>	<u>477.797</u>	<u>576.056</u>	<u>569.191</u>
Transações com partes relacionadas	21	16.398	16.064	16.398	16.064	NÃO CIRCULANTES					
Despesas antecipadas	7	8.597	10.085	8.876	10.245	Fornecedores	13	10.844	10.844	15.708	13.626
Outros créditos		-	-	1.094	1.249	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	316.951	364.303	471.972	517.213
Depósitos judiciais e garantias	16.1	13.653	10.593	38.583	34.781	Passivo de arrendamento	15	177.419	115.810	226.794	126.739
Investimentos	11	187.210	178.633	-	-	Impostos a recolher	17	6.187	5.982	6.212	6.013
Imobilizado	12	422.191	345.298	583.677	457.556	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	257.843	260.434	259.916	262.272
Intangível:						Transações com partes relacionadas	21	32.840	32.354	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	9	1.304.839	1.304.839	1.477.410	1.473.341	Provisão para riscos e processos judiciais	16	41.153	39.867	69.149	67.118
Outros intangíveis	10	<u>166.362</u>	<u>170.344</u>	<u>180.194</u>	<u>185.586</u>	Demais contas a pagar		<u>4.071</u>	<u>4.320</u>	<u>9.289</u>	<u>9.618</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>2.119.250</u>	<u>2.035.856</u>	<u>2.306.232</u>	<u>2.178.822</u>	Total dos passivos não circulantes		<u>847.308</u>	<u>833.914</u>	<u>1.059.040</u>	<u>1.002.599</u>
						Total dos passivos		<u>1.326.983</u>	<u>1.311.711</u>	<u>1.635.096</u>	<u>1.571.790</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20				
						Capital social	20.a)	1.106.094	1.106.094	1.106.094	1.106.094
						Ações em tesouraria	20.a)	(9.881)	-	(9.881)	-
						Reservas de capital	20.b) e c)	2.999	2.645	2.999	2.645
						Reservas de lucros	20.b)	36.591	36.591	36.591	36.591
						Lucros acumulados		5.786	-	5.786	-
						Outros resultados abrangentes	20.d)	<u>26.703</u>	<u>23.963</u>	<u>26.703</u>	<u>23.963</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>1.168.292</u>	<u>1.169.293</u>	<u>1.168.292</u>	<u>1.169.293</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>2.495.275</u>	<u>2.481.004</u>	<u>2.803.388</u>	<u>2.741.083</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.495.275</u>	<u>2.481.004</u>	<u>2.803.388</u>	<u>2.741.083</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	22	313.341	305.242	386.595	373.781
Custo dos serviços prestados	23	(250.049)	(236.494)	(302.790)	(287.357)
LUCRO BRUTO		63.292	68.748	83.805	86.424
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	23	(14.197)	(11.209)	(16.726)	(13.585)
Gerais e administrativas	23	(20.785)	(19.482)	(27.459)	(26.638)
Resultado de equivalência patrimonial	23	5.345	3.106	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	23	148	-	163	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO		33.803	41.163	39.783	46.201
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	24	2.438	500	2.678	570
Despesas financeiras	24	(16.265)	(14.599)	(21.078)	(17.865)
Variação cambial líquida	24	(69)	155	238	151
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		19.907	27.219	21.621	29.057
Imposto de renda e contribuição social - correntes	19	(3.493)	-	(4.972)	(1.932)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	19	2.591	(5.585)	2.356	(5.491)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>19.005</u>	<u>21.634</u>	<u>19.005</u>	<u>21.634</u>
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	27	<u>0,21</u>	<u>0,23</u>		
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	27	<u>0,20</u>	<u>0,23</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	19.005	12.388	19.005	12.388
COMPONENTES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS				
Outros resultados abrangentes que poderão ser reclassificados posteriormente no resultado:				
Ajuste de conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	3.232	4.559	3.232	4.559
Variação cambial sobre saldos de partes relacionadas que não serão liquidados	(492)	(125)	(492)	(125)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>21.745</u>	<u>16.822</u>	<u>21.745</u>	<u>16.822</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Capital a integralizar	Ações em tesouraria	Reservas de capital		Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes acumulados	Total	
					Ágio por incorporação	Reserva de compra de ações liquidada com instrumentos de patrimônio	Legal	Retenção de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		1.106.094	-	(35.747)	3.263	31.739	24.051	-	-	13.374	1.142.774
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	21.634	-	21.634
Outros resultados abrangentes	20.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	4.434	4.434
Plano de opções de ações		-	-	-	-	1.284	-	-	-	-	1.284
Despesas com plano de opção de compra de ações reconhecidas no período		-	-	-	-	(113)	-	-	-	-	(113)
Juros sobre o capital próprio 1º trimestre de 2018 - em 29 de março de 2018	20. b)	-	-	-	-	-	-	-	(9.246)	-	(9.246)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018		<u>1.106.094</u>	<u>-</u>	<u>(35.747)</u>	<u>3.263</u>	<u>32.910</u>	<u>24.051</u>	<u>-</u>	<u>12.388</u>	<u>17.808</u>	<u>1.160.767</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		1.106.094	-	-	3.263	(618)	29.438	7.153	-	23.963	1.169.293
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	19.005	-	19.005
Outros resultados abrangentes	20.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.740	2.740
Ações em tesouraria	20.a)	-	-	(9.881)	-	-	-	-	-	-	(9.881)
Juros sobre o capital próprio 1º trimestre de 2019 - em 28 de março de 2019	20.b)	-	-	-	-	-	-	-	(13.219)	-	(13.219)
Despesas com plano de opção de compra de ações reconhecidas no período	26	-	-	-	-	488	-	-	-	-	488
Plano de opções de ações		-	-	-	-	(134)	-	-	-	-	(134)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019		<u>1.106.094</u>	<u>-</u>	<u>(9.881)</u>	<u>3.263</u>	<u>(264)</u>	<u>29.438</u>	<u>7.153</u>	<u>5.786</u>	<u>26.703</u>	<u>1.168.292</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		19.005	21.634	19.005	21.634
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	23	32.874	28.389	40.213	34.408
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, líquidas de reversões	6	247	608	357	775
Custo residual de bens do ativo imobilizado e intangível baixados	10 e 12	-	-	80	25
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(2.591)	5.585	(2.024)	5.491
Provisão para riscos e processos judiciais, líquida de reversões	16	4.556	1.787	4.557	318
Juros sobre empréstimos e arrendamentos	14 e 15	14.705	11.936	18.694	13.629
Custo de financiamento reconhecido no resultado	14	656	524	680	524
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	14	(2.581)	(217)	(2.581)	809
Provisão de bônus e participação nos lucros e resultados		6.963	10.527	8.545	13.139
Plano de opção de ações	27	488	1.284	570	1.085
Variação cambial	11, 14 e 15	-	(177)	(286)	(150)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(5.345)	(3.106)	-	-
		68.977	78.774	87.810	91.687
Redução (aumento) nos saldos de ativos:					
Contas a receber		(12.892)	(24.352)	(15.115)	(35.557)
Contas a receber de partes relacionadas		6.654	2.140	1.918	(7.489)
Impostos a recuperar		1.229	(5.869)	586	(7.137)
Depósitos judiciais e garantias		(3.563)	468	(4.305)	288
Despesas antecipadas		2.153	(369)	808	(3.165)
Outros créditos		2.763	4.333	2.282	4.841
Aumento (redução) nos saldos de passivos:					
Fornecedores		(8.453)	(4.344)	(8.298)	2.413
Partes relacionadas		2.165	-	822	-
Salários e encargos sociais		(10.164)	(17.062)	(11.796)	(24.160)
Impostos a recolher		(6.944)	(3.241)	(7.993)	(955)
Demais contas a pagar		636	(2.928)	(1.747)	(3.526)
Pagamento de provisão para riscos	16 e 29	(1.722)	(631)	(1.722)	(631)
Caixa gerado pelas atividades operacionais, antes do pagamento de imposto de renda e contribuição social		40.839	26.919	43.250	16.609
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(2.581)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		40.839	26.919	40.669	16.609
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Empréstimos para partes relacionadas	21	(334)	1.750	(334)	8.810
Aporte de capital		-	(816)	0	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível 100% caixa	10 e 12	(10.459)	(8.302)	(10.725)	(8.674)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento		(10.793)	(7.368)	(11.059)	136
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recompra de ações	20	(9.881)	-	(9.881)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	20	(20.809)	-	(20.809)	-
Captação de empréstimos e debêntures	14	-	-	3.677	6.842
Pagamento de empréstimos e debêntures	14	(47.664)	-	(51.270)	(13.227)
Pagamento de arrendamentos	15	(9.364)	(10.061)	(13.366)	(12.495)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	15	(2.143)	(4.066)	(2.860)	(5.005)
Pagamento de juros sobre empréstimos e debêntures	14	(10.941)	(11.174)	(11.485)	(13.261)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(100.802)	(25.301)	(105.994)	(37.146)
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-	291	1.999
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(70.756)	(5.750)	(76.093)	(18.402)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		177.846	44.309	205.003	70.206
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		107.090	38.559	128.910	51.804
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(70.756)	(5.750)	(76.093)	(18.402)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
RECEITAS				
Vendas de serviços, líquidas de cancelamentos e abatimentos	362.967	353.555	436.220	422.094
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(247)</u>	<u>(608)</u>	<u>(357)</u>	<u>(775)</u>
	362.720	352.947	435.863	421.319
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(77.042)	(63.787)	(100.751)	(84.262)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>285.678</u>	<u>289.160</u>	<u>335.112</u>	<u>337.057</u>
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO				
Depreciações e amortizações	(32.874)	(28.389)	(40.213)	(34.408)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	<u>252.804</u>	<u>260.771</u>	<u>294.899</u>	<u>302.649</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	5.345	3.106	-	-
Receitas financeiras	2.492	693	3.629	1.691
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>260.641</u>	<u>264.570</u>	<u>298.528</u>	<u>304.340</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	<u>171.892</u>	<u>167.533</u>	<u>200.685</u>	<u>198.230</u>
Remuneração direta	132.608	129.924	153.210	150.133
Benefícios	26.333	26.363	32.920	35.241
FGTS	12.951	11.246	14.555	12.856
Impostos, taxas e contribuições	<u>52.863</u>	<u>54.396</u>	<u>55.394</u>	<u>56.745</u>
Federais	42.473	44.127	44.288	45.966
Estaduais	73	6	73	6
Municipais	10.317	10.263	11.033	10.773
Remuneração de capital de terceiros	<u>16.025</u>	<u>21.007</u>	<u>22.588</u>	<u>27.731</u>
Juros	14.920	14.637	20.224	18.835
Aluguéis	1.105	6.370	2.364	8.896
Remuneração de capital próprio	<u>19.861</u>	<u>21.634</u>	<u>19.861</u>	<u>21.634</u>
Dividendos				
Juros sobre capital próprio	13.219	9.246	13.219	9.246
Lucros retidos do exercício	6.642	12.388	6.642	12.388
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>260.641</u>	<u>264.570</u>	<u>298.528</u>	<u>304.340</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2 de março de 2006, com sede na Rua Bento Branco de Andrade Filho, 621, cidade e Estado de São Paulo. Seu controlador e holding é o APX Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A Companhia tem como principais objetivos: (a) a prestação de serviços de tecnologia de informação, envolvendo: serviços de armazenamento de dados; serviços de desenvolvimento e licenciamento de software; serviços de assessoria e consultoria em informática; serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação, softwares e banco de dados; serviços de manutenção de máquinas e equipamentos; serviços de processamento de dados em geral e congêneres; e ensino e treinamento em serviços e informática; (b) a prestação de serviços contendo soluções digitais que compreendem Internet das Coisas (IOT), coleta, organização, agrupamento e análise de dados em tempo real (Business Analytics), implementação e soluções de inteligência artificial, soluções de monitoramento de negócios através da automatização, gerenciamento, controle e segurança em plataforma de integração de negócios, soluções de Cybersecurity através da gestão de segurança da informação, riscos, continuidade de negócios, e processos operacionais voltados para a segurança dos ambientes de produção, serviços de gestão e monitoração de redes de distribuição elétricas (Smart Grid); (c) implantação, operação e gestão de processamento em nuvem através de plataformas privadas, públicas ou híbridas além da gestão e apoio ao cliente na escolha e acompanhamento das suas plataformas de nuvem; (d) a prestação de serviços de consultoria em sistemas de gestão documental; (e) a execução de serviços de digitalização, digitalização e impressão de imagens na área de informática; (f) a prestação de serviços de triagem, organização, custódia e guarda de documentos de terceiros; (g) a prestação de serviços de agenciamento e intermediação de negócios; (h) a prestação de serviços de gestão de processos de negócios; e (i) a participação em outras Companhias, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou cotista.

Dependência de tecnologia de terceiros

Para a prestação de seus serviços, a Companhia utiliza, em parte, tecnologia licenciada de software de terceiros, de forma não exclusiva. Como resultado de sua estratégia de utilização destas soluções de outras empresas para o desenvolvimento de produtos e serviços, a Companhia poderá tornar-se mais ou menos dependente da tecnologia fornecida por terceiros.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras da Companhia compreendem as informações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

Exceto pela adoção dos novos pronunciamentos divulgados na nota explicativa nº 2.2, as práticas contábeis e os critérios contábeis adotados no preparo destas informações financeiras intermediárias são consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, divulgados em 19 de março de 2019 na nota explicativa nº 2, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

2.2. Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2019

Na preparação dessas informações contábeis intermediárias, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Pronunciamento	Descrição
IFRS 16 (CPC 6 (R2)) - Operações em arrendamento mercantil	Estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes na transação.
IFRIC 23 (ICPC 22) – Incerteza sobre tratamento de impostos sobre o lucro	Esclarecer a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais.

Os impactos da adoção dessas normas estão divulgados a seguir:

2.2.1. IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil

A nova norma substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil, e correspondentes interpretações, trazendo alterações significativas para arrendatários, ao requerer que estes passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil. Podem ficar fora do escopo dessa nova norma apenas determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

Neste cenário, os arrendamentos contratados impactaram as informações financeiras conforme segue:

- a) Reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial individual e consolidado, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento;
- b) Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre passivos de arrendamento na demonstração individual e consolidada do resultado; e
- c) Separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais) na demonstração individual e consolidada dos fluxos de caixa.

Arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício, conforme permitido pela IFRS 16. A Companhia também adotará o expediente prático, quando aplicável, que permite não separar componentes de não arrendamento existentes em contratos que também possuam componentes de arrendamento, e, em vez disso, contabilizá-los conjuntamente como um único componente dentro do escopo do novo pronunciamento.

Como método de transição ao novo pronunciamento, a Administração optou pela abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo da aplicação inicial registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem a reapresentação de períodos comparativos. Deste modo, todos os saldos relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 seguem apresentados conforme as prerrogativas existentes nas políticas contábeis anteriormente vigentes (IAS 17).

No processo de transição, optou-se por não utilizar o expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento. Consequentemente, as novas definições de arrendamento contidas na IFRS 16 foram aplicadas a todos os contratos vigentes na data de transição. A mudança na definição de um arrendamento refere-se principalmente ao conceito de controle, onde a IFRS 16 determina que a avaliação se um contrato contém um arrendamento deve ser realizada com base no fato de o cliente ter o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Para tal, a Administração da Companhia, efetuou a identificação dos contratos, avaliando se estes, contêm ou não arrendamento de acordo com a IFRS 16/CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros, e valores menos representativos advindos de outras operações onde identificamos a existência de ativos arrendados individualmente ou combinados em contratos de serviços.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- Utilização de uma única taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Neste sentido, obteve-se a taxa incremental de captação, mensurada em 1 de janeiro de 2019, aplicável a cada uma das carteiras de ativos arrendados. Através desta metodologia a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 8,36% a.a. no Brasil e 8,00% a.a. para os demais países;
- Não foi realizado o reconhecimento contábil daqueles contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da aplicação inicial da nova norma;
- Exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial do ativo de direito de uso; e
- Utilização de percepção tardia para determinação do prazo de arrendamento, naqueles casos onde o contrato contém opções de prorrogação ou rescisão.

Em decorrência dos fatos acima, a Companhia reconheceu os seguintes ajustes aos saldos de abertura do balanço patrimonial individual e consolidado:

	Nota explicativa	Controladora		
		31/12/2018	Ajuste de abertura	01/01/2019
<u>Ativo não circulante</u>				
Direito de uso – edificações	12	345.298	75.964	421.262
Total do ativo		<u>2.481.004</u>	<u>75.964</u>	<u>2.556.968</u>
<u>Passivo circulante</u>				
Passivo de arrendamento	15	24.779	14.744	39.523
<u>Passivo não circulante</u>				
Passivo de arrendamento	15	115.810	61.220	177.030
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>2.481.004</u>	<u>75.964</u>	<u>2.556.968</u>
	Nota explicativa	Consolidado		
		31/12/2018	Ajuste de abertura	01/01/2019
<u>Ativo não circulante</u>				
Direito de uso – edificações	12	457.556	122.909	580.465
Direito de uso - softwares	10	185.586	-	185.586
Impostos diferidos	19	(262.272)	-	(262.272)
Total do ativo		<u>2.741.083</u>	<u>122.909</u>	<u>2.863.992</u>
<u>Passivo circulante</u>				
Passivo de arrendamento	15	32.837	20.869	53.706
<u>Passivo não circulante</u>				
Passivo de arrendamento	15	126.739	102.040	228.779
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>2.741.083</u>	<u>122.909</u>	<u>2.863.992</u>

Os saldos de arrendamento a pagar acima se relacionam com os “compromissos futuros” apresentados na nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme segue:

Controladora

Compromissos futuros em 31 de dezembro de 2018	91.052
(-) Desconto a valor presente	(20.753)
(-) Valores a pagar em contratos de curto prazo e/ou baixo valor	(3.146)
(+) Opções de extensão e cancelamento não consideradas anteriormente	8.811
Arrendamentos operacionais a pagar	75.964
(+) Arrendamentos financeiros a pagar em 31 de dezembro de 2018	140.589
Arrendamentos a pagar em 1 de janeiro de 2019	<u>216.553</u>

Consolidado

Compromissos futuros em 31 de dezembro de 2018	165.582
(-) Desconto a valor presente	(45.829)
(-) Valores a pagar em contratos de curto prazo e/ou baixo valor	(5.655)
(+) Opções de extensão e cancelamento não consideradas anteriormente	8.811
Arrendamentos operacionais a pagar	122.909
(+) Arrendamentos financeiros a pagar em 31 de dezembro de 2018	159.576
Arrendamentos a pagar em 1 de janeiro de 2019	<u>282.485</u>

Adicionalmente, a tabela abaixo sumariza os impactos contábeis da adoção deste novo pronunciamento contábil à demonstração do resultado do exercício e à demonstração dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2019:

	Controladora		
	31/03/2019 (IAS 17)	Impactos IFRS 16	31/03/2019 (IFRS 16)
<u>Demonstração dos resultados do exercício</u>			
Depreciação e amortização	(28.874)	(4.000)	(32.874)
Juros de arrendamento	(2.837)	(1.511)	(4.348)
Manutenção de equipamentos de informática e de telecomunicações	(42.597)	314	(42.283)
Aluguel e condomínio	(5.427)	4.322	(1.105)
Resultado de equivalência patrimonial	5.623	(278)	5.345
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.293	298	2.591
Lucro líquido	19.860	(855)	19.005
<u>Demonstração dos fluxos de caixa</u>			
Atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	29.188	3.686	32.874
Juros sobre contratos de arrendamento	2.837	1.511	4.348
Passivo de arrendamento	19.551	75.964	95.515
Atividades de financiamento:			
Pagamento de operações de arrendamento (“leasing”)	(5.042)	(4.322)	(9.364)
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento (“leasing”)	(2.143)	-	(2.143)

	Consolidado		
	31/03/2019 (IAS 17)	Impactos IFRS 16	31/03/2019 (IFRS 16)
<u>Demonstração dos resultados do exercício</u>			
Depreciação e amortização	(34.682)	(5.531)	(40.213)
Juros de arrendamento	(3.234)	(2.428)	(5.662)
Manutenção de equipamentos de informática e de telecomunicações	(46.220)	314	(45.906)
Aluguel e condomínio	(8.753)	6.389	(2.364)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferidos	2.024	401	2.425
Lucro líquido	19.860	(855)	19.005
<u>Demonstração dos fluxos de caixa</u>			
Atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	34.996	5.217	40.213
Juros sobre contratos de arrendamento	3.234	2.428	5.662
Passivo de arrendamento	23.228	122.909	146.137
Atividades de financiamento:			
Pagamento de operações de arrendamento ("leasing")	(6.979)	(6.389)	(13.368)
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento ("leasing")	(2.860)	-	(2.860)

2.2.2. IFRIC 23 (ICPC 22) – Incerteza sobre tratamento de impostos sobre o lucro:

A IFRIC 23 (ICPC 22) descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade:

- Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e
- Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda:
 - Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda.
 - Em caso negativo, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

As entidades podem aplicar a interpretação com base na aplicação retrospectiva integral ou na aplicação retrospectiva modificada sem rerepresentação de informações comparativas retrospectiva ou prospectivamente.

O referido pronunciamento não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.3. Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos ou serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso dos participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 - Pagamentos Baseados em Ações (equivalente ao CPC 10 (R1)), operações de arrendamento que estão inseridas no escopo da IFRS 16 - Arrendamentos (equivalente ao CPC 06 (R2)) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor em uso na IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)).

A preparação das informações financeiras intermediárias requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.4. Critérios de consolidação

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Na elaboração das informações financeiras intermediárias consolidadas, foram utilizadas informações financeiras intermediárias encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis às informações financeiras intermediárias das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas usadas pela Companhia.

Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas, são eliminados integralmente.

Nas informações financeiras intermediárias individuais da Companhia, os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial.

As seguintes empresas são incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia:

Empresa	País	Tipo de controle	Participação no capital social - %	
			31/03/2019	31/12/2018
Tivit USA LLC	USA	Direto	100,00	100,00
Tivit One Cloud	Brasil	Direto	100,00	100,00
Tivit Colombia Terceirización de Processos, Servicios y Tecnología S.A.S	Colômbia	Direto	0,03	0,03
Synapsis Argentina S.R.L	Argentina	Direto	10,78	10,78
Tivit Chile Terceirización de Processos, Servicios y Tecnología SpA	Chile	Direto	100,00	100,00
Tivit México Terceirización de Processos Servicios y Tecnología (*)	México	Direto	99,95	99,95
Tivit Terceirização de Serviços, Processos e Tecnologia Sociedad Anonima (*)	Paraguai	Direto	100,00	100,00
Tivit Terceirização de Serviços, Processos e Tecnologia Sucursal Bolívia (*)	Bolívia	Direto	100,00	100,00
Controladas indiretas através da Tivit Chile Terceirización de Processos, Servicios y Tecnología SpA:				
Tivit Perú Terceirización de Processos, Servicios Y Tecnología S.A.C.	Peru	Indireto	100,00	100,00
Tivit Colombia Terceirización de Processos, Servicios y Tecnología S.A.S	Colômbia	Indireto	99,97	99,97
Synapsis Argentina S.R.L.	Argentina	Indireto	89,22	89,22
Asesorías y Ventas AQB Argentina S.A.	Argentina	Indireto	100,00	100,00
Tivit Ecuador Terceirização de Processos, Servicios Cia. Ltda.	Equador	Indireto	100,00	100,00
Tivit Colombia DC Terceirización de Procesos, Servicios y Tecnología S.A.S.	Colômbia	Indireto	100,00	100,00
Synapsis Panamá S.A.	Panamá	Indireto	100,00	100,00
Controladas indiretas através da Synapsis Colombia S.A.S.:				
Tivit México Terceirización de Processos Servicios y Tecnología (*)	México	Indireto	0,05	0,05

(*) Empresas constituídas em 2018.

2.5. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de serviços de tecnologia.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Classificação de instrumentos financeiros (nota explicativa nº 4.6)

Estimativas e premissas

A Companhia revisa as estimativas e premissas de forma contínua, entretanto os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas significativas são como segue:

- Provisão para riscos e processos judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representam perdas prováveis e que possam ser estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda baseia-se na avaliação dos advogados externos e inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

- Avaliação de instrumentos financeiros

São utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 4 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

- Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

São registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 19).

- Redução ao valor recuperável ("impairment")

- (i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado estarão sujeitos às disposições sobre redução ao valor recuperável ("impairment") contidas na IFRS9/CPC 48.

- (ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma controlada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

O ativo imobilizado e o intangível são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

- Aquisições de controladas

A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do IFRS 3/CPC 15 (R1) (Combinação de Negócios) e identifica os itens em que considera necessária a contratação de especialistas externos independentes, os quais são contratados para apoio na avaliação do valor justo desses referidos itens.

- Vida útil de ativos imobilizados e intangíveis

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios	50
Instalações	15 a 20
Móveis e utensílios	12
Benfeitorias em propriedades de terceiros	8
Máquinas e equipamentos	5 a 25
Computadores e periféricos	4 a 8
Veículos	5

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações e amortizações registradas, bem como não foi identificada necessidade de alteração na vida útil utilizada nos períodos apresentados.

- Contratos de opção de compra de ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. No caso de transações baseadas em ações liquidadas financeiramente, o passivo precisa ser remensurado ao final de cada período de reporte até a data de liquidação, reconhecendo-se no resultado eventuais variações no valor justo, o que exige reavaliação das estimativas utilizadas ao final de cada exercício. A Companhia adota o modelo Binomial de precificação de opções de compra de ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 26, ao qual segue as premissas do modelo Black, Scholes e Merton.

- Mensurações do valor justo

Alguns dos ativos e passivos da Companhia são mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das informações financeiras intermediárias. A Administração determina as técnicas de avaliação e as informações adequadas às mensurações do valor justo. Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As atividades da Companhia implicam em exposição a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria Central da Companhia, segundo as alçadas aprovadas pelo Conselho de Administração. A área de Tesouraria identifica, avalia e procura proteger Companhia de eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa.

4.1. Risco de mercado

a) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros

A Companhia não possui ativos significativos sobre os quais existem riscos de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros.

O risco da taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos captados às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos captados às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

b) Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos e investimentos. Os principais instrumentos financeiros utilizados para administrar o risco de moeda estrangeira são contratos de swaps.

4.2. Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e swap detalhados na nota explicativa nº 14 e nº 4.6, respectivamente, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, demonstrados na nota explicativa nº 5) bem como pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 20).

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão assim sumariados:

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Dívida (i)	(855.080)	(885.538)
Caixa e equivalentes de caixa	128.910	205.003
Dívida líquida	<u>(726.170)</u>	<u>(680.535)</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>1.168.292</u>	<u>1.169.293</u>
Índice de endividamento líquido	<u>62,2%</u>	<u>58,2%</u>

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, arrendamentos contratados com instituições financeiras, swaps e debêntures circulantes e não circulantes.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

4.3. Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e swap, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 5, 6 e 4.6, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado na agência de rating Fitch Ratings.

Os dez principais clientes representam 49,6% da receita líquida do período de três meses findo em 31 de março de 2019 (46,2% da receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

4.4. Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue necessário, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros derivativos e não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações, além de incluir os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no fim do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Controladora	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Vencidos	Total
Empréstimos e financiamentos	24.722	217.022	-	241.744
Debêntures	84.623	170.679	-	255.302
Instrumentos financeiros derivativos	16.481	4.559	-	21.040
Passivo de arrendamento (i)	92.073	257.392	-	349.465
Fornecedores	62.146	10.844	329	73.319
Total	<u>280.045</u>	<u>660.496</u>	<u>329</u>	<u>940.870</u>

Consolidado	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Vencidos	Total
Empréstimos e financiamentos	43.340	372.094	-	415.434
Debêntures	84.623	170.679	-	255.302
Instrumentos financeiros derivativos	16.481	4.559	-	21.040
Passivo de arrendamento (i)	109.566	327.489	-	437.055
Fornecedores	91.179	15.708	8.660	115.547
Total	345.189	890.529	8.660	1.244.378

(i) Os saldos refletem os saldos a pagar de principal mais juros e atualização monetária até sua última parcela, logo não refletem os saldos demonstrados nas respectivas notas explicativas em 31 de março de 2019.

4.5. Instrumentos financeiros

Derivativos

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a Companhia detinha as seguintes operações de "swap":

31/03/2019										
Banco	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos	(Ganho) perda na marcação a mercado	Moeda/indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação	Ref.
Itaú	-	(16.758)	(16.758)	(17.035)	277	"Swap" dólar para CDI	Abril/19	70.000	balcão	(*)
Banco do Brasil	-	(6.500)	(6.500)	(8.441)	1.941	"Swap" Euro para CDI	Dezembro/20	70.830	balcão	(*)
Total	-	(23.258)	(23.258)	(25.476)	2.218					

31/12/2018										
Banco	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos	(Ganho) perda na marcação a mercado	Moeda/indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação	Ref.
Itaú	-	(16.191)	(16.191)	(15.901)	290	"Swap" dólar para CDI	Abril/19	70.000	balcão	(*)
Banco do Brasil	-	(5.785)	(5.785)	(5.612)	173	"Swap" Euro para CDI	Dezembro/20	70.830	balcão	(*)
Total	-	(21.976)	(21.976)	(21.513)	463					

(*) Registrados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Empréstimos, financiamentos e debêntures", conforme nota explicativa nº 14.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, mensurados ao custo amortizado, cujos valores registrados se aproximam dos valores justos nas datas de encerramento das informações financeiras intermediárias, devido à natureza desses saldos, são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras, depósitos judiciais, fornecedores, dividendos e outras contas a pagar, os quais apresentam nível 2 na hierarquia de valor justo. Em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, os valores estimados de mercado dos demais instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

		31/03/2019					
				Controladora		Consolidado	
<u>Categoria</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>Nível (*)</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor Justo</u>	
Instrumentos financeiros derivativos – “Swaps”	Valor justo por meio do resultado	14	2	(21.977)	(21.977)	(21.977)	(21.977)
Debêntures, NCE, NPs, cédulas de crédito bancário internacional, empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	14	2	534.306	535.406	707.996	709.096

		31/12/2018					
				Controladora		Consolidado	
<u>Categoria</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>Nível (*)</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor Justo</u>	
Instrumento financeiros derivativos – “Swaps”	Valor justo por meio do resultado	14	2	(21.976)	(21.976)	(21.976)	(21.976)
Debêntures, NCE, NPs, cédulas de crédito bancário internacional, empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	14	2	585.001	586.101	752.451	753.551

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo.

A Companhia determina o valor justo conforme o pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13) - Mensuração do valor justo, o qual define o valor justo de um título correspondente ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais (R\$).

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) (IFRS 7) - Instrumentos financeiros: Evidenciação, requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros, com base em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) (IFRS 7) também define informações observáveis, como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos.
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

O valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando-se as taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

Técnica de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

As operações de "swap" são avaliadas utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros da moeda do respectivo contrato para cada data-base, conforme informado pela B3.

4.6. Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 4.1.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

Risco na taxa de juros e correção monetária

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia são afetados pelas variações na taxa de Certificado de Depósito Interbancário - CDI, assim como determinados empréstimos. Com base nos saldos existentes em 31 de março de 2019 e nas taxas de juros nessa data, no cenário provável há uma receita financeira estimada de R\$5.203 e despesas financeiras estimadas de R\$45.857 para os próximos 12 meses. O cenário provável foi determinado pela Administração com base nas taxas vigentes em 31 de março de 2019.

O valor presente dos pagamentos mínimos dos contratos de arrendamento firmados pela Companhia está sujeito à correção monetária pelos índices de inflação vigentes. Com base nos saldos existentes em 31 de março de 2019 e nas taxas de correção monetária nessa data, no cenário provável há despesas financeiras estimadas de R\$20.064 para os próximos 12 meses.

Estimando o aumento ou a redução de 25% e 50% nas taxas de juros atuais, as receitas (despesas) financeiras seriam impactadas conforme segue:

Transação	Risco (variação taxa de juros)	Exposição em 31/03/2019	Cenários		
			Provável à taxa de 31/03/2020	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Debêntures 2ª emissão - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(28.158)	(2.632)	(3.105)	(3.579)
Debêntures 3ª emissão - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(60.146)	(5.589)	(6.600)	(7.611)
Debêntures 4ª emissão - Tivit Brasil(a)	123% do CDI	(131.624)	(10.869)	(13.613)	(16.368)
NCE Banco Bradesco - Tivit Brasil (a)	121% do CDI	(127.824)	(10.558)	(12.777)	(15.358)
Arrendamentos (CDI) - Tivit Brasil (a)	123,28% do CDI (*)	(155.791)	(12.680)	(15.880)	(19.091)
Arrendamentos (IGPM/FGV) - Tivit Brasil (b)	8,27%	(66.855)	(5.529)	(6.911)	(8.293)
Arrendamentos (IGP-DI) - Tivit Brasil (c)	8,27%	(3.799)	(314)	(393)	(471)
Arrendamentos (IPCA/IBGE) - Tivit Brasil (d)	4,58%	(644)	(29)	(37)	(44)
Arrendamentos (IPC) - Latam (e)	2,50%	(60.475)	(1.512)	(1.890)	(2.268)
Operação de "swap" para CDI - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(73.026)	(6.825)	(8.053)	(9.281)
Operação de "swap" para CDI - Tivit Brasil (a)	124,85% do CDI	(47.265)	(3.898)	(4.882)	(5.870)
NP 1ª emissão - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(44.287)	(5.486)	(4.584)	(5.325)
Aplicações financeiras (a)	(*)	79.401	5.203	6.505	7.806
Efeito líquido no resultado			<u>(60.718)</u>	<u>(72.220)</u>	<u>(85.753)</u>
Deterioração comparada à projeção				<u>(11.502)</u>	<u>(25.035)</u>

(*) Média ponderada.

- (a) Taxa provável da variação do CDI estimada em 6,50% a.a. Fonte: Central do Brasil/ Focus - Relatório de Mercado de 05/04/2019).
- (b) Taxa provável da variação do IGPM/FGV estimada em 8,27% a.a. Fonte: Fundação Getulio Vargas - Relatório IGP-M março de 2019.
- (c) Taxa provável da variação do IGP-DI estimada em 8,27% a.a. Fonte: Fundação Getulio Vargas - Relatório IGP-I março de 2019.
- (d) Taxa provável da variação do IPCA/IBGE estimada em 4,58% a.a. Fonte: IBGE | Sistema Nacional de Índices - Relatório IPCA e INPC de 10/04/2019.
- (e) Taxa provável da variação do IPC estimada em 2,5% a.a. Fonte: Instituto Nacional de Estadísticas | Chile.

Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas ou ganhos e em restrições ou sobras de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de swap, o que permitiu à Companhia trocar os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de câmbio - empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui determinados financiamentos, os quais estão sujeitos às variações das taxas de câmbio das respectivas moedas em que foram contratados.

Em 31 de março de 2019, a TIVIT Chile possui contratos de arrendamentos mercantis em dólar americano (USD), e estimou um cenário provável para 31 de dezembro de 2019, com base nas projeções econômicas preparadas pelo Itaú BBA.

A seguir, está apresentado o efeito no resultado da Companhia com base nessas taxas a respectiva apreciação das moedas estrangeiras em 25% e 50%:

Consolidado

Transação	Risco (variação cambial)	Exposição em 31/03/2019	Cenários		
			Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Contratos de arrendamento - Tivit Chile		(2.282)	(64)	(80)	(96)
Exposição líquida - dólar norte-americano	Variação do dólar norte-americano	(2.282)	(64)	(80)	(96)
Deterioração comparada ao cenário provável			-	(16)	(33)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, representam o caixa em poder da Companhia e os depósitos bancários, líquidos de saldos bancários a descoberto, quando aplicável. Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	27.689	32.863	48.408	60.020
CDBs e debêntures compromissadas (*)	79.401	144.983	80.502	144.983
Total	107.090	177.846	128.910	205.003

(*) As aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas são remuneradas por uma taxa média de 100% (100% em 2018) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações possuem liquidez imediata, por força de compromissos de recompra, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER

a) Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Contas a receber faturadas	135.743	129.795	191.180	184.869
Contas a receber a faturar	52.973	46.049	68.782	59.998
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	(7.498)	(7.271)	(8.557)	(8.221)
Total	181.218	168.573	251.405	236.646

O prazo médio de recebimentos consolidado é de 51 dias no período findo em 31 de março de 2019 (45 dias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018). Sobre as contas a receber em atraso são cobrados, a partir da data de vencimento, 2% de multa e juros de 1% ao mês sobre o saldo.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
A vencer	97.297	95.759	136.257	138.669
Vencidas:				
Até 30 dias	14.810	16.788	19.849	21.924
De 31 a 60 dias	6.817	4.098	11.306	5.917
De 61 a 90 dias	3.069	1.295	5.640	3.538
De 91 a 180 dias	6.257	4.584	9.576	6.600
Acima de 180 dias	7.493	7.271	8.552	8.221
Total	<u>135.743</u>	<u>129.795</u>	<u>191.180</u>	<u>184.869</u>

- c) As provisões para perdas foram mensuradas considerando a abordagem simplificada do modelo prospectivo de perdas esperadas, e foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito calculada a partir da análise histórica de perdas.

A movimentação dessa provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(7.271)	(8.221)
Adições	(848)	(976)
Baixas por perda efetiva	20	20
Reversões por recuperação (*)	601	619
Ajuste de conversão	-	1
Saldo em 31 de março de 2019	<u>(7.498)</u>	<u>(8.557)</u>

(*) Reversões em função do recebimento de contas.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Suporte e manutenção de software (a)	45.613	49.322	47.634	51.127
Outras	3.102	1.546	5.447	2.762
Total	<u>48.715</u>	<u>50.868</u>	<u>53.081</u>	<u>53.889</u>
Circulante	40.118	40.783	44.205	43.644
Não circulante	8.597	10.085	8.876	10.245

- (a) Referem-se a pagamentos efetuados por conta dos contratos de suporte e manutenção de software, apropriados ao resultado pelos períodos contratados de prestação de serviços.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social	16.939	16.448	35.860	34.179
Imposto Sobre Serviços - ISS retido sobre faturamento	1.384	1.755	3.306	3.407
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar sobre o faturamento	2.833	3.737	2.833	3.737
PIS e COFINS – crédito sobre despesas operacionais	3.472	3.980	3.472	3.980
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a compensar sobre o faturamento	1.469	1.501	1.469	1.501
Outros impostos	2.002	1.907	2.139	2.861
Total	28.099	29.328	49.079	49.665

Os impostos a recuperar referem-se, substancialmente, a retenções sobre faturamento e não dependem de decisões judiciais ou administrativas para sua realização, e conforme expectativa da Administração serão compensados com o pagamento de impostos federais relacionados à atividade da Companhia.

9. ÁGIO NA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Custo:				
Dethalas Empreendimentos e Participações S.A.	1.174.205	1.174.205	1.174.205	1.174.205
Tivit Chile Spa	-	-	99.514	97.082
Synapsis Brasil S.A.	64.765	64.765	64.765	64.765
Work	39.669	39.669	39.669	39.669
Tivit Colombia S.A.S.	-	-	22.643	22.076
Tivit Peru SRL	-	-	22.106	21.566
Open	21.145	21.145	21.145	21.145
Synapsis Panama S.A.	-	-	7.989	7.794
One Cloud	-	-	6.489	6.489
Outras	17.144	17.144	30.974	30.639
Subtotal	1.316.928	1.316.928	1.489.499	1.485.430
Amortização acumulada	(12.089)	(12.089)	(12.089)	(12.089)
Total	1.304.839	1.304.839	1.477.410	1.473.341

Movimentação do período

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.304.839	1.473.341
Ajustes de tradução (*)	-	4.069
Saldo em 31 de março de 2019	1.304.839	1.477.410

(*) Resultado da variação dos ajustes de tradução (conversão para moeda de apresentação) durante o período de ágios em transações de controladas no exterior.

O valor registrado refere-se substancialmente ao ágio de R\$1.174.205 gerado na então controladora Dethalas Empreendimentos e Participações S.A. em decorrência da aquisição da Companhia em 7 de junho de 2010. Essa empresa foi incorporada pela Companhia em fevereiro em 2011.

Esses ágios são fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, conforme laudo de avaliação econômica preparado por empresa especializada, e foram amortizados até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio não é mais amortizado, sendo realizada anualmente avaliação para potencial redução do ativo ao valor recuperável ("impairment").

A Companhia avaliou e entendeu que não houve alteração nos indicadores internos e externos no período de três meses findo em 31 de março 2019, e desta forma não houve a necessidade de realização de um novo teste de redução ao valor recuperável do ativo intangível.

A Companhia realizará novos testes para as demonstrações financeiras referente ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 ou se indicativos de "impairment" forem identificados.

10. OUTROS INTANGÍVEIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Custo	564.349	558.304	644.083	635.298
Amortização acumulada	(397.987)	(387.960)	(463.889)	(449.712)
Total	166.362	170.344	180.194	185.586

A movimentação dos saldos para o período de três meses findo em 31 de março de 2019 está assim representada:

	Controladora					
	Marcas e patentes	Software (b)	Direito de uso de software	Gastos com implementação de software	Direitos de prestação de serviços a clientes (a)	Total
Custo:						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	48.522	375.435	-	2.111	132.236	558.304
Adições	-	2.123	2.683	-	1.239	6.045
Transferência	80	768	-	(763)	(85)	-
Saldo em 31 de março de 2019	48.602	378.326	2.683	1.348	133.390	564.349
Amortização:						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(100)	(273.800)	-	(2.110)	(111.950)	(387.960)
Despesas de amortização	(133)	(7.610)	(314)	-	(1.970)	(10.027)
Transferência	(1.174)	(5.386)	-	762	5.798	-
Saldo em 31 de março de 2019	(1.407)	(286.796)	(314)	(1.348)	(108.122)	(397.987)
Total líquido	47.195	91.530	2.369	-	25.268	166.362
	Consolidado					
	Marcas e patentes	Software (b)	Direito de uso de software	Gastos com implementação de software	Direitos de prestação de serviços a clientes (a)	Total
Custo:						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	57.871	399.001	-	5.877	172.549	635.298
Adições	-	2.123	2.683	-	1.239	6.045
Transferências	(8.757)	(2.033)	-	3.707	7.083	-
Ajuste de tradução	831	499	-	195	1.215	2.740
Saldo em 31 de março de 2019	49.945	399.590	2.683	9.779	182.086	644.083
Amortização:						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.140)	(317.522)	-	(5.047)	(125.003)	(449.712)
Despesas de amortização	(133)	(7.679)	(314)	(406)	(3.271)	(11.803)
Transferências	1.672	18.089	-	19	(19.780)	-
Ajuste de tradução	(806)	(472)	-	(83)	(1.013)	(2.374)
Saldo em 31 de março de 2019	(1.407)	(307.584)	(314)	(5.517)	(149.067)	(463.889)
Total líquido	48.538	92.006	2.369	4.262	33.019	180.194

- (a) Refere-se à aquisição de contratos para prestação de serviços a determinados clientes. Essas aquisições são relativas, principalmente, ao desenvolvimento de software para esses clientes, e os contratos variam de cinco a dez anos. A amortização está sendo calculada de forma linear, pelo prazo do contrato. Estão registrados nesse grupo os montantes de R\$11.000 e R\$52.944 (R\$11.000 e R\$52.944 em 2018) na controladora e no consolidado, respectivamente, referentes à alocação do preço pago à carteira de clientes na aquisição da Synapsis. A taxa média ponderada da amortização para o exercício é de 9,5% e 7,6% na controladora e no consolidado, respectivamente. A amortização desses saldos está sendo calculada de forma linear com prazos de 8 a 17 anos, conforme laudo de avaliação econômico-financeira.
- (b) Refere-se a aquisição de licenças de uso de software utilizadas na prestação de serviços a clientes.

No período de três meses findo em 31 de março de 2019, o montante de R\$9.541 na controladora e R\$10.962 no consolidado (R\$9.058 na controladora e R\$9.296 no consolidado, no período de três meses findo em 31 de março de 2018), referentes à despesa de amortização, foram debitados ao resultado na rubrica "Custo dos serviços prestados", e na rubrica "Despesas gerais e administrativas" foram debitados os montantes de R\$486 na controladora e R\$841 no consolidado (R\$477 na controladora e R\$2.324 no consolidado no período de três meses findo em 31 de março de 2018).

Teste de redução ao valor recuperável do ativo intangível – "impairment"

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Devido ao fato de não haver mudanças nas premissas do cálculo, a Administração não identificou fatores que justificasse o teste para 31 de março de 2019.

A Companhia realizará novos testes para as demonstrações financeiras referentes ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 ou se indicativos de "impairment" forem identificados.

11. INVESTIMENTOS

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Investimentos em controladas	<u>187.210</u>	<u>178.633</u>

Informações e movimentações dos saldos para o período findo em 31 de março de 2019:

Em 31 de março de 2019

	<u>Tivit Chile</u>	<u>Tivit Colômbia</u>	<u>Synapsis Argentina</u>	<u>Tivit USA</u>	<u>One Cloud</u>	<u>Bolívia (a)</u>	<u>México (a)</u>	<u>Paraguai (a)</u>
Capital social	214.110	21.323	613	2.264	10	25	339	819
Percentual de participação	100%	0,03%	10,78%	100%	100%	100%	99,95%	100%
Patrimônio líquido	175.722	45.614	10.920	37	1.624	201	1.082	2.339
Ágio (*)	-	-	-	-	6.489	-	-	-
Lucro (prejuízo) do período	4.466	622	1.756	(25)	-	47	835	300

Em 31 de dezembro de 2018

	<u>Tivit Chile</u>	<u>Tivit Colômbia</u>	<u>Synapsis Argentina</u>	<u>Tivit USA</u>	<u>One Cloud</u>	<u>Bolívia (a)</u>	<u>México (a)</u>	<u>Paraguai (a)</u>
Capital social	214.110	21.324	613	2.264	10	25	339	819
Percentual de participação	100%	0,03%	10,78%	100%	100%	100%	99,95%	100%
Patrimônio líquido	167.987	43.710	10.584	62	1.624	151	225	2.095
Ágio (*)	-	-	-	-	6.489	-	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício	2.993	(1.721)	4.362	(128)	(9)	118	(625)	1.124

(*) Em virtude do processo de consolidação o ágio gerado na aquisição da empresa One Cloud está sendo apresentado no investimento.

Movimentação dos investimentos

	Tivit Chile	Tivit Colômbia	Synapsis Argentina	Tivit USA	One Cloud	Bolívia (a)	México (a)	Paraguai (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	166.835	14	1.140	62	8.113	151	225	2.093	178.633
Resultado de equivalência patrimonial	3.998	1	189	(25)	-	47	835	300	5.345
Ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	3.416	-	(153)	-	-	3	22	(56)	3.232
Saldo em 31 de março de 2019	<u>174.249</u>	<u>15</u>	<u>1.176</u>	<u>37</u>	<u>8.113</u>	<u>201</u>	<u>1.082</u>	<u>2.337</u>	<u>187.210</u>

(a) Empresas constituídas em 2017, com o objetivo de atender uma operação específica, de determinados clientes.

12. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Custo	1.337.388	1.237.648	1.760.402	1.592.316
Depreciação acumulada	<u>(915.197)</u>	<u>(892.350)</u>	<u>(1.176.725)</u>	<u>(1.134.760)</u>
Total	<u>422.191</u>	<u>345.298</u>	<u>583.677</u>	<u>457.556</u>
Computadores e periféricos	188.542	180.967	193.220	183.439
Máquinas e equipamentos	80.694	80.701	173.590	172.589
Direitos de uso - edificações	72.278	-	117.692	-
Benfeitorias	13.661	14.674	17.837	18.438
Edificações	24.683	24.888	28.431	28.621
Instalações	10.882	11.286	17.019	17.118
Terrenos	14.090	14.090	15.659	15.602
Móveis e utensílios	6.283	6.495	7.806	7.839
Veículos	11.078	12.197	12.423	13.910
Total	<u>422.191</u>	<u>345.298</u>	<u>583.677</u>	<u>457.556</u>

A movimentação dos saldos para o período de três meses findo em 31 de março de 2019 está assim representada:

	Controladora				Adoção inicial IFRS 16 (i)	31/03/2019
	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências		
Custo:						
Terrenos	14.090	-	-	-	-	14.090
Edificações	50.959	76	-	(2)	-	51.033
Direitos de uso - edificações (i)	-	-	-	-	75.964	75.964
Instalações	65.341	-	-	-	-	65.341
Móveis e utensílios	18.999	14	-	69	-	19.082
Benfeitorias	125.943	122	-	143	-	126.208
Máquinas e equipamentos	208.840	1.033	-	410	-	210.283
Computadores e periféricos	730.058	22.256	-	(677)	-	751.637
Veículos	23.418	275	-	57	-	23.750
Total	<u>1.237.648</u>	<u>23.776</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>75.964</u>	<u>1.337.388</u>

	Controladora					31/03/2019
	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Adoção inicial IFRS 16 (i)	
Depreciação acumulada:						
Edificações	(26.071)	(206)	-	(73)	-	(26.350)
Direitos de uso - edificações (i)	-	-	-	-	(3.686)	(3.686)
Instalações	(54.055)	(447)	-	43	-	(54.459)
Móveis e utensílios	(12.504)	(252)	-	(43)	-	(12.799)
Benfeitorias	(111.269)	(1.278)	-	-	-	(112.547)
Máquinas e equipamentos	(128.139)	(2.314)	-	864	-	(129.589)
Computadores e periféricos	(549.091)	(13.665)	-	(339)	-	(563.095)
Veículos	(11.221)	(999)	-	(452)	-	(12.672)
Total	(892.350)	(19.161)	-	-	(3.686)	(915.197)
Total líquido	345.298	4.615	-	-	72.278	422.191

	Consolidado						31/03/2019
	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Ajustes de conversão	Adoção inicial IFRS 16 (i)	
Custo:							
Terrenos	15.602	-	-	-	57	-	15.659
Edificações	55.027	76	-	(2)	121	-	55.222
Direitos de uso - edificações (i)	-	-	-	-	-	122.909	122.909
Instalações	80.199	254	(10)	-	391	-	80.835
Móveis e utensílios	27.342	14	-	69	1.278	-	28.703
Benfeitorias	130.656	445	-	143	(387)	-	130.857
Máquinas e equipamentos	517.690	2.528	-	410	14.774	-	535.402
Computadores e periféricos	740.002	25.458	(260)	(677)	(56)	-	764.467
Veículos	25.798	277	(595)	57	811	-	26.348
Total	1.592.316	29.052	(865)	-	16.990	122.909	1.760.402
Depreciação acumulada:							
Edificações	(26.406)	(229)	-	(73)	(85)	-	(26.793)
Direitos de uso - edificações (*)	-	-	-	-	-	(5.217)	(5.217)
Instalações	(63.081)	(582)	-	43	(194)	-	(63.814)
Móveis e utensílios	(19.503)	(320)	220	(43)	(1.252)	-	(20.898)
Benfeitorias	(112.218)	(1.278)	-	-	477	-	(113.019)
Máquinas e equipamentos	(345.101)	(5.729)	29	864	(11.874)	-	(361.811)
Computadores e periféricos	(556.563)	(13.932)	534	(339)	(949)	-	(571.249)
Veículos	(11.888)	(1.123)	2	(452)	(463)	-	(13.924)
Total	(1.134.760)	(23.193)	785	-	(14.340)	(5.217)	(1.176.725)
Total líquido	457.556	5.859	(80)	-	2.650	117.692	583.677

- (i) Saldos relacionados às operações de arrendamento da Companhia, referentes à locação de prédios para suas unidades e prédios administrativos, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem como período de locação prazos que variam entre 1 e 14 anos, os quais são passíveis de extensão por opções de renovação existentes em contrato e pela lei do inquilinato (Lei nº. 8.245, de 18 de outubro de 1991). A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se estas opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

No período de três meses findo em 31 de março de 2019, os montantes de R\$18.203 na controladora e R\$21.429 no consolidado (no período de três meses findo em 31 de março de 2018, os montantes de R\$17.911 na controladora e R\$18.230 no consolidado), referentes à despesa de depreciação, foram debitados ao resultado na rubrica "Custo dos serviços prestados", e os montantes de R\$958 na controladora e R\$1.764 no consolidado (na controladora R\$943 e no consolidado R\$4.558 no período de três meses findo em 31 de março de 2018), na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

No período findo em 31 de março de 2019, com base nos estudos efetuados anualmente, não foram identificados indicadores da necessidade de provisão para redução a seu valor recuperável.

12.1. Contratos de arrendamento

Em 31 de março de 2019, os contratos de arrendamento têm prazo médio de duração de 60 meses (60 meses em 31 de dezembro de 2018) e referem-se, substancialmente a aquisição de softwares e hardwares para a operação da Companhia. A Companhia possui opções de compra de equipamentos pelo valor nominal no encerramento dos contratos de arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não possui subarrendamentos.

A composição das operações de arrendamento por categoria de ativos é como segue:

	Controladora				
	31/03/2019				31/12/2018
	Anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	5 a 25	16.220	(9.760)	6.460	6.747
Computadores e periféricos	4 a 8	459.504	(307.056)	152.448	149.509
Software	5	50.443	(38.905)	11.538	12.127
Direito de uso - softwares	2 a 3	2.683	(314)	2.369	-
Direito de uso - edificações	2 a 8	75.964	(3.686)	72.278	-
Total		<u>604.814</u>	<u>(359.721)</u>	<u>245.093</u>	<u>168.383</u>
	Consolidado				
	31/03/2019				31/12/2018
	Anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	5 a 25	84.524	(55.592)	28.932	29.874
Computadores e periféricos	4 a 8	459.504	(307.056)	152.448	149.509
Software	5	50.443	(38.905)	11.538	12.127
Direito de uso - softwares	2 a 3	2.683	(314)	2.369	-
Direito de uso - edificações	2 a 14	122.909	(5.217)	117.692	-
Total		<u>720.063</u>	<u>(407.084)</u>	<u>312.979</u>	<u>191.510</u>

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, estão detalhados a seguir:

	Controladora	
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Até 1 ano	51.525	24.778
De 1 a 5 anos	161.693	115.810
Mais de 5 anos	15.726	-
Valor presente dos pagamentos mínimos (*)	<u>228.944</u>	<u>140.588</u>
	Consolidado	
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Até 1 ano	65.046	32.837
De 1 a 5 anos	188.861	126.739
Mais de 5 anos	37.933	-
Valor presente dos pagamentos mínimos (*)	<u>291.840</u>	<u>159.576</u>

(*) Incluídos nas informações financeiras intermediárias como passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 15).

Em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, as garantias concedidas às operações de arrendamento mercantil, são os próprios ativos, dos respectivos contratos.

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Licença de uso e manutenção de software	8.719	8.473	14.495	13.459
Serviços profissionais	10.710	11.431	24.730	22.827
Equipamentos de informática e telecomunicação	34.589	38.548	45.350	46.080
Telefonia	1.117	2.534	3.556	5.465
Ocupação	3.645	4.492	7.142	8.258
Benefícios	8.766	8.763	10.058	10.239
Outros itens	5.773	7.720	10.216	12.696
Total	<u>73.319</u>	<u>81.961</u>	<u>115.547</u>	<u>119.024</u>
Circulante	62.475	71.117	99.839	105.398
Não circulante	10.844	10.844	15.708	13.626

Em 31 de março de 2019, o prazo médio consolidado de pagamentos é de 52 dias (59 dias em 31 de dezembro de 2018). Usualmente não são cobrados juros sobre as contas a pagar em atraso. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento de riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018
Mensurados ao custo amortizado:		
Debêntures 2ª emissão (a)	28.158	57.595
Debêntures 3ª emissão (b)	60.146	81.905
Debêntures 4ª emissão (c)	131.624	134.197
NCE - Banco Bradesco S.A. (d)	127.824	125.485
Nota promissória - Banco Safra (e)	44.287	43.420
Cédula de crédito bancário internacional - Banco do Brasil (f)	53.765	54.253
Cédula de crédito bancário internacional - Banco Itaú S.A. (g)	89.784	88.146
Total ao custo amortizado	535.588	585.001
Mensurados ao valor justo:		
Instrumentos financeiros derivativos (f)	(6.500)	(5.785)
Instrumentos financeiros derivativos (g)	(16.758)	(16.191)
Custo de captação	(3.688)	(4.344)
Total	508.642	558.681
Parcela do circulante	191.691	194.378
Parcela do não circulante	316.951	364.303

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Mensurados ao custo amortizado:		
Debêntures 2ª emissão (a)	28.158	57.595
Debêntures 3ª emissão (b)	60.146	81.905
Debêntures 4ª emissão (c)	131.624	134.197
NCE - Banco Bradesco S.A. (d)	127.824	125.485
Nota promissória - Banco Safra (e)	44.287	43.420
Moeda local (CLP) - Banco Santander S.A.- Chile (h)	7.615	7.308
Moeda local (CLP) - Banco Santander S.A.- Chile (i)	6.119	5.879
Moeda local (CLP) - Banco Santander - Chile (j)	7.278	7.005
Moeda local (CLP) - Banco Santander- Chile (k)	7.460	7.180
Moeda local (CLP) - Banco Itaú S.A. - Chile (l)	11.962	11.504
Moeda local (CLP) - Banco Santander- Chile (m)	5.857	5.622
Moeda local (COP) - Banco de Occidente S.A. - Colômbia (n)	-	775
Moeda local (COP) - Banco de Bogotá S.A. - Colômbia (o)	2.949	4.301
Moeda local (ARS) - Banco Itaú - Argentina (p)	1.873	2.376
Moeda local (CLP) - Banco Itaú S.A. - Chile (q)	70.168	67.482
Moeda local (CLP) - Banco do Brasil S.A. - Chile (r)	11.037	10.583
Moeda local (CLP) - Banco Santander S.A.- Chile (s)	22.821	21.881
Moeda local (COP) - Banco de Bogotá - Colômbia (t)	5.629	6.580
Moeda local (COP) - Banco Itaú Corpbanca S.A. - Colômbia (u)	9.243	8.974
Moeda local (COP) - Banco de Bogotá - Colômbia (v)	3.680	-
Cédula de crédito bancário internacional - Banco do Brasil (f)	53.765	54.253
Cédula de crédito bancário internacional - Banco Itaú S.A. (g)	89.784	88.146
Total ao custo amortizado	709.279	752.451

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Mensurados ao valor justo:		
Instrumentos financeiros derivativos (f)	(6.500)	(5.785)
Instrumentos financeiros derivativos (g)	(16.758)	(16.191)
Custo de captação	(3.833)	(4.513)
Total	682.188	725.962
Parcela do circulante	210.216	208.749
Parcela do não circulante	471.972	517.213

A movimentação dos saldos para o período de três meses findo em 31 de março de 2019 está apresentada a seguir:

Controladora

	31/12/2018	Adições	Juros incorridos	Variação do valor justo	Ajuste MTM	Amortização de principal	Pagamento de juros	31/03/2019
Tivit - debêntures	273.697	-	4.836	-	-	(47.664)	(10.941)	219.928
Custo de captação	(4.344)	-	656	-	-	-	-	(3.688)
Instrumentos financeiros derivativos	(21.977)	-	-	(1.281)	-	-	-	(23.258)
Tivit - empréstimos	311.305	-	5.656	-	(1.301)	-	-	315.660
Total da dívida bruta	558.681	-	11.148	(1.281)	(1.301)	(47.664)	(10.941)	508.642

Consolidado

	31/12/2018	Adições	Juros incorridos	Variação do valor justo	Ajuste MTM	Variação cambial	Amortização de principal	Pagamento de juros	Ajustes de conversão	31/03/2019
Tivit - debêntures	273.697	-	4.836	-	-	-	(47.664)	(10.941)	-	219.928
Custo de captação	(4.344)	-	656	-	-	-	-	-	-	(3.688)
Instrumentos financeiros derivativos	(21.977)	-	-	(1.281)	-	-	-	-	-	(23.258)
Tivit - empréstimos	311.305	-	5.656	-	(1.301)	-	-	-	-	315.660
Synapsis - empréstimos	167.451	3.677	2.674	-	-	-	(3.606)	(544)	4.039	173.691
Synapsis - custo de captação	(170)	-	25	-	-	-	-	-	-	(145)
Total da dívida bruta	725.962	3.677	13.847	(1.281)	(1.301)	-	(51.270)	(11.485)	4.039	682.188

- (a) Em 16 de janeiro de 2017, foram emitidas 8.300 debêntures, relativas à 2ª emissão de debêntures da Companhia, no valor nominal unitário de R\$10 totalizando R\$83.000, integralizadas em sua totalidade em 17 de fevereiro de 2017, no valor de R\$84.169, valor este acrescido dos juros do período. As debêntures são de forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados e não conversíveis em ações e serão pagas em 3 parcelas, com 18 meses de carência para o valor principal, sendo a primeira parcela com vencimento em 16 de julho de 2018 (devidamente liquidada) e a última em 16 de janeiro de 2020, com remuneração semestral pela variação de 100% taxa do CDI, acrescida de sobretaxa de 2,60% ao ano, conforme a escritura de emissão das debêntures. Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da companhia, foi constituída alienação fiduciária sobre 3.907.339 ações ordinárias de sua emissão e de titularidade do APX Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, correspondentes a 4,32% do total do capital social da Companhia na data de emissão, correspondente a 125% do saldo devedor das debêntures em favor dos debenturistas. Os recursos provenientes da oferta foram utilizados para liquidar determinadas dívidas da Companhia.

- (b) Em 20 de setembro de 2017, foram emitidas 100.000 debêntures, relativas à 3ª emissão de debêntures da Companhia, no valor nominal unitário de R\$1 totalizando R\$100.000, integralizadas em sua totalidade em 27 de setembro de 2017, no valor de R\$100.205, valor este considerando os juros do período. As debêntures são de forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados e não conversíveis em ações e serão pagas em 5 parcelas, com 12 meses de carência para o valor principal, sendo a primeira parcela com vencimento em 20 de setembro de 2018 (devidamente liquidada) e a última em 20 de setembro de 2020, com remuneração semestral pela variação de 100% taxa do CDI, acrescida de sobretaxa de 2,55% ao ano, conforme a escritura de emissão das debêntures. As debêntures são da espécie quirográfaria. Os recursos provenientes da oferta foram utilizados para liquidar determinadas dívidas da Companhia.
- (c) Em 29 de junho de 2018, foram emitidas 130.000 debêntures, relativas à 4ª emissão de debêntures da Companhia, no valor nominal unitário de R\$1, totalizando R\$130.000, integralizadas em sua totalidade em 29 de junho de 2018, no valor de R\$130.000. As debêntures são de forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados e não conversíveis em ações e serão pagas em 3 parcelas, com 37 meses de carência para o valor principal, sendo a primeira parcela com vencimento em 21 de janeiro de 2021 e a última em 21 de janeiro de 2022, com remuneração semestral pela variação de 123% taxa do CDI, conforme a escritura de emissão das debêntures. Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da companhia, foi constituída alienação fiduciária sobre 4.610.039 ações ordinárias de sua emissão e de titularidade do APX Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, correspondentes a 4,94% do total do capital social da Companhia na data de emissão, correspondente a 100% do saldo devedor das debêntures em favor dos debenturistas. Os recursos provenientes da oferta serão utilizados para liquidar determinadas dívidas da Companhia e também como reforço de caixa.
- (d) Em 23 de dezembro de 2014, a Companhia emitiu, em favor do Banco Bradesco S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$50.000, com garantia de cessão fiduciária de recebíveis, conforme instrumento de garantia nº 201400266. Os encargos correspondem a 113% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros semestrais. Em 27 de março de 2017, o valor principal foi prorrogado, ao custo de 125% do CDI, para pagamento em 3 parcelas semestrais, com carência de 24 meses e pagamento de juros semestrais. Em 11 de Junho de 2018 o respectivo valor do Principal foi prorrogado e houve uma captação adicional no valor de R\$75.000, ambos ao custo de 121% do CDI, com pagamento de juros semestrais, carência de 24 meses e amortização do Principal em 3 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 12 de junho de 2020 e a última com vencimento para 11 junho de 2021.
- (e) Em 27 de dezembro de 2017, foram emitidas 18 notas promissórias pelo Banco Safra, relativas à 1ª emissão de notas promissórias da Companhia, sendo emitidas 2 notas promissórias, no valor nominal unitário de R\$1.000, para a 1ª, 3ª e 5ª series de notas promissórias e 4 notas promissórias no valor nominal de R\$4.500 para a 2ª, 4ª e 6ª series de notas promissórias, totalizando R\$60.000, integralizadas em sua totalidade em 28 de dezembro de 2017. As notas promissórias são de forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados e não conversíveis em ações e serão pagas em 6 parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento em 27 de junho de 2018 (devidamente liquidada) e a última em 20 de dezembro de 2020, com remuneração semestral pela variação de 100% taxa do CDI, acrescida de sobretaxa de 1,98% ao ano, conforme a escritura de emissão das notas promissórias. As Notas promissórias não contam com qualquer garantia real ou fidejussória. Os recursos provenientes da oferta foram utilizados para as necessidades de capital de giro da Companhia.

- (f) Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia emitiu em favor do Banco do Brasil, Cédula de Crédito Bancário Internacional, originalmente denominada em Euro €18.000, por meio do qual captou recursos no valor de R\$70.830, ao custo de 124,8% do CDI, com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 3 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento em 17 de dezembro de 2018 (devidamente liquidada) e a última com vencimento em 4 de dezembro de 2020. Concomitantemente a Companhia celebrou um contrato de "swap".
- (g) Em 29 de março de 2017, a Companhia emitiu em favor do Banco Itaú S.A., Cédula de Crédito Bancário Internacional, originalmente denominada em US\$22,436, por meio do qual captou recursos no valor de R\$70.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 2,60% a.a., com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 1º de abril de 2019, com garantia de cessão fiduciária de 100% dos recebíveis dos ajustes do próprio "swap". Concomitantemente a Companhia celebrou um contrato de "swap". Em 1º de abril de 2019 houve a liquidação da operação no valor de R\$75.537.
- (h) Em 20 de julho de 2016, a Synapsis Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.300.000 (pesos chilenos), ao custo 6,60% a.a., com vencimento em 26 de julho de 2017. Em 31 de março de 2017, o respectivo empréstimo teve o seu vencimento prorrogado para 20 de abril de 2020, ao custo de 6,60% a.a.
- (i) Em 11 de agosto de 2016, a controlada direta Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.000.000 (pesos chilenos), ao custo 6,60% a.a., com vencimento em 2 de janeiro de 2018. Em 31 de março de 2017, o respectivo empréstimo teve o seu vencimento prorrogado para 20 de abril de 2020, ao custo de 7,08% a.a. Em 4 de junho de 2018, a taxa de juros do respectivo empréstimo foi renegociada ao custo de 6,60% a.a., e com pagamento de juros semestrais.
- (j) Em 29 de março de 2017, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.200.000 (pesos chilenos) ao custo de 5,72% a.a., com vencimento para 20 de abril de 2020.
- (k) Em 31 de julho de 2017, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.230.000 (pesos chilenos) ao custo de 5,72% a.a., com vencimento para 20 de abril de 2020.
- (l) Em 8 de novembro de 2017, a controlada direta Tivit Chile, captou junto ao Banco Itaú Chile um empréstimo no valor de CLP 2.056.600 (pesos chilenos), ao custo de 5,76% a.a., com vencimento para 20 de abril de 2020.
- (m) Em 19 de março de 2018, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.000.000 (pesos chilenos) ao custo de 6,60% a.a., com vencimento para 20 de maio de 2020.
- (n) Em 13 de abril de 2016, a Tivit Colômbia captou, junto ao Banco de Occidente, um empréstimo no valor de COP 5.400.000 (pesos colombianos), ao custo de "Indicador Bancário de Referência" - IBR mais 4,00% a.a., a ser pago em 24 parcelas mensais, sendo a primeira parcela com vencimento em 13 de maio de 2016 e a última com vencimento em 13 de abril de 2018. Em 18 de julho de 2016, a Synapsis Colômbia captou, junto ao Banco de Occidente S.A., um empréstimo no valor de COP569.400 (pesos colombianos), ao custo de IBR mais 4,10% a.a., a ser pago em 4 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 14 de janeiro de 2017 e a última com vencimento em 9 de abril de 2018. Em 31 de março de 2017, o saldo devedor dos empréstimos captados em 13 de abril de 2016 e 18 de julho de 2016, no montante de COP5.162.050 (pesos colombianos), foram negociados para pagamento em 24 parcelas, ao custo de IBR mais 4,50% a.a.

- (o) Em 11 de setembro de 2018, a Tivit Colômbia captou, junto ao Banco de Bogotá S.A., um empréstimo no valor de COP 3.600.000 (pesos colombianos), ao custo de IBR mais 3,35%, para pagamento em 3 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 11 de março de 2019 e a última parcela vencimento em 11 de março de 2020.
- (p) Em 27 de abril de 2018, a Synapsis Argentina captou, junto ao Banco do Itaú Argentina S.A., um empréstimo no valor de ARS 30.000 (pesos argentinos), ao custo de 31,15% a.a., com pagamento de juros e amortização do principal em 36 meses, sendo primeira parcela com vencimento para 27 de maio de 2018, devidamente liquidada e a última com vencimento para 27 abril de 2021.
- (q) Em 29 de junho de 2018, a controlada direta Tivit Chile captou, junto ao Banco Itaú Chile S.A., um empréstimo no valor de CLP 12.064.000 (pesos chilenos), ao custo 5,76% a.a., com vencimento em 28 de maio de 2021.
- (r) Em 27 de junho de 2018, a controlada direta Tivit Chile captou, junto ao Banco do Brasil (Chile), um empréstimo no valor de CLP 1.890.000 (pesos chilenos), ao custo 6,95% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização do principal em 3 parcelas iguais, sendo primeira parcela com vencimento para 21 de junho de 2019 e a última para 11 de junho de 2021.
- (s) Em 25 de junho de 2018, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP3.907.610 (pesos Chilenos), ao custo 7,00% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização do principal com vencimento para 16 de junho de 2020.
- (t) Em 4 de setembro de 2018, a Tivit Colômbia captou, junto ao Banco de Bogotá S.A., um empréstimo no valor de COP 5.500.000 (pesos colombianos), ao custo de IBR mais 3,50%, para pagamento em 4 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 04 de março de 2019 e a última parcela vencimento em 4 de setembro de 2021.
- (u) Em 29 de novembro de 2018, a controlada indireta TIVIT Colômbia captou, junto ao Banco Itaú Corpbanca S.A. um empréstimo no valor de COP 7.500.000 (pesos colombianos), ao custo de IBR mais 2,30%a.a., para pagamento em 6 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 28 de maio de 2019 e a última parcelo com vencimento e 13 de novembro de 2021
- (v) Em 28 de Março de 2019, A Tivit Colômbia captou, junto ao Banco de Bogotá S.A., um empréstimo no valor de COP 3.000.000 (pesos colombianos), ao custo de IBR mais 3,50% a.a., para pagamento em 3 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 28 de setembro de 2019 e a última parcelo com vencimento em 28 de setembro de 2020

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante, excluindo o custo de captação das debêntures, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
2020	146.990	194.704	211.893	259.708
2021	85.000	85.000	175.145	172.964
2022	86.667	86.667	86.667	86.667
	<u>318.657</u>	<u>366.371</u>	<u>473.705</u>	<u>519.339</u>
Custo de captação	<u>(1.705)</u>	<u>(2.068)</u>	<u>(1.733)</u>	<u>(2.068)</u>
Total	<u>316.952</u>	<u>364.303</u>	<u>471.972</u>	<u>517.271</u>

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

"Covenants" financeiros - Controladora e Consolidado

Em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía debêntures e determinados contratos de empréstimos com cláusulas restritivas ("covenants"). Entre essas cláusulas está a manutenção de índice financeiro resultante da relação entre a dívida líquida e o LAJIDA (EBITDA) - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, ajustado, sendo definido conforme contrato e descritas a seguir:

- A dívida líquida correspondente ao total de empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado.
- O LAJIDA ajustado ao lucro líquido consolidado acrescido, sem duplicidade: (i) das despesas financeiras líquidas; (ii) do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos; (iii) da depreciação e amortização; e (iv) de outras despesas não recorrentes definidas em contrato.
- O limite do índice financeiro a ser atingido pela companhia, está definido como a relação entre dívida líquida e EBITDA igual ou inferior a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes em cada trimestre dos anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 ou até a data de vencimento, para os empréstimos relacionados nos itens a, b, c, e, f, h.

Em 31 de março de 2019, a Companhia encontra-se adimplente com todas as cláusulas restritivas, tendo atingido o índice financeiro acima descrito de 2,03 (1,85 em 31 de dezembro de 2018).

"Covenants" não financeiros - Controladora e Consolidado

A seguir estão apresentados os principais "covenants" não financeiros para a controladora e suas controladas:

- Inadimplemento pela Companhia de qualquer obrigação relativa às debêntures, não sanada no prazo de dez dias úteis.
- Transformação da forma societária da Companhia de Sociedade por ações para Companhia limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.
- A garantia ou o contrato de alienação fiduciária de ações sejam objeto de questionamento judicial pela Companhia.

- Redução de capital social da Companhia, exceto: (a) se previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Companhias por Ações; ou (b) no âmbito da cisão permitida.
- Mudança ou transferência de controle direto da Companhia, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação; ou (b) no âmbito de oferta pública de ações, limitadas ao máximo de 50% das ações em circulação na data da emissão das debêntures, sem alteração da titularidade das demais ações de emissão da Companhia.
- Inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas financeiras ou de mercado de capitais da Companhia e/ou de qualquer controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000, atualizados anualmente, a partir da data de emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou seu equivalente em outras moedas.
- Inadimplemento ou vencimento antecipado de obrigações assumidas pela Companhia e/ou por qualquer controlada em valor igual ou superior a R\$30.000 em quaisquer contratos ou títulos celebrados com qualquer dos debenturistas.
- Distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na escritura de emissão e/ou no contrato de alienação fiduciária de ações, exceto pelo pagamento do dividendo obrigatório não superior a 25% do lucro líquido ajustado previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
- Qualquer distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas que exceda o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a relação entre dívida total (assim entendido o endividamento financeiro consolidado da Companhia) e LAJIDA seja igual ou maior que 2,50 vezes nas verificações a serem feitas pelo agente fiduciário no último mês reportado, o que poderá ocorrer em março ou setembro do ano em que forem declarados os dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro pagamento a acionistas, exceto no âmbito dos programas de "stock option" aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia estava adimplente com os "covenants" não financeiros.

15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018
Arrendamentos mercantis (a)	155.791	140.588
Arrendamentos mercantis – direitos de uso (b)	73.153	-
Total	<u>228.944</u>	<u>140.588</u>
Parcela do circulante	51.525	24.778
Parcela do não circulante	177.419	115.810

	Consolidado	
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Arrendamentos mercantis (a)	172.892	159.576
Arrendamentos mercantis – direito de uso (b)	118.948	-
Total	<u>291.840</u>	<u>159.576</u>
Parcela do circulante	<u>65.046</u>	<u>32.837</u>
Parcela do não circulante	<u>226.794</u>	<u>126.739</u>

- (a) Referem-se ao saldo a pagar de operações de arrendamento mercantil, contratadas para aquisição de equipamentos de informática utilizados nas operações da Companhia. Em 15 de junho de 2016, a Companhia realizou uma operação de "sale & leaseback", a valor de livros no montante de R\$54.093, ao custo de 109,46% do CDI, com vencimento até 14 de dezembro de 2019. Em 31 de março de 2017, foi renegociada a extensão da data de vencimento dos contratos de "Sale & Leaseback" para 13 de dezembro de 2020, com juros de 100% da variação do CDI mais 1,90% a.a.

Em 31 de dezembro de 2018 foi renegociado a extensão, por mais 12 meses, dos contratos de "sale & leaseback" e dos contratos de arrendamento mercantil contratados junto a HPE Financial. Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía 47 contratos de arrendamento mercantil financeiro, com vencimentos até 29 de novembro de 2024, com juros médios de aproximadamente 123,28 % da variação do CDI para as operações contratadas no Brasil e com juros médios de 6,80% a.a. para as operações contratadas no Chile e na Colômbia, mais variação cambial (peso chileno em relação ao dólar norte-americano). Em 31 de março de 2019 o valor total desses contratos era R\$155.791 na controladora e R\$172.892 no consolidado.

- (b) Referem-se ao registro do direito de uso de certos ativos de acordo com os critérios estabelecidos na IFRS 16/CPC 6 (R2), conforme critérios descritos na nota explicativa nº 2.2.1.

A movimentação dos saldos para o período de três meses findo em 31 de março de 2019 está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/2018	140.588	159.576
Saldo de abertura IFRS 16	75.964	122.909
Novos contratos	19.551	19.551
Juros incorridos	4.348	5.662
Variação cambial	-	(286)
Ajuste de conversão	-	654
Pagamento de juros	(2.143)	(2.860)
Pagamento de principal	<u>(9.364)</u>	<u>(13.366)</u>
Saldo em 31/03/2019	<u>228.944</u>	<u>291.840</u>

As operações de arrendamento da Companhia não requerem a manutenção de índices financeiros ("covenants"), uma vez que tem como garantia o próprio bem.

16. PROVISÃO PARA RISCOS E PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em ações judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração acredita, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos, que a provisão para riscos e processos judiciais é suficiente para cobrir prováveis desembolsos de caixa. Os depósitos judiciais estão substancialmente vinculados aos processos judiciais trabalhistas e previdenciários. Essa provisão está assim demonstrada:

	Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018
Tributárias (a)	15.906	14.776
Trabalhistas e previdenciárias (b)	30.788	29.288
Total	46.694	44.064
Circulante	5.541	4.197
Não circulante	41.153	39.867
	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Tributárias (a)	30.047	28.071
Trabalhistas e previdenciárias (b)	45.480	44.057
Total	75.527	72.128
Circulante	6.378	5.010
Não circulante	69.149	67.118

- (a) Referem-se, substancialmente, à provisão constituída para fazer face a eventuais discussões judiciais relativas a créditos apropriados e incidência de PIS e COFINS sobre a parcela das receitas de determinadas atividades.
- (b) Referem-se, principalmente, a reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício. Adicionalmente, foram constituídas provisões para fazer frente a eventuais riscos relacionados a essas disputas, mas ainda não materializados. Deste valor, o montante de R\$18.968 refere-se a provisões para contingências constituídas por ocasião da aquisição do Grupo Work e Synapsis.

Em 6 de abril de 2016, a Companhia foi notificada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no valor total de R\$447.581 (R\$128.545 de principal e R\$319.036 de juros e multa), com relação à dedutibilidade da amortização do ágio gerado na incorporação da empresa Dethalas Empreendimentos e Participações S.A. na apuração do cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do período de dezembro de 2011 a março de 2014. Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia estima que a chance de perda nesse questionamento é possível para determinadas matérias no valor total de R\$326.152 e remota para outras no valor total de R\$121.429.

Adicionalmente, a Companhia é ainda parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, cujo risco total classificado como possível pelos seus assessores jurídicos externos, de aproximadamente R\$235.775, dividido em R\$70.996, R\$5.990 e R\$158.789 para processos trabalhistas, cíveis e fiscais, respectivamente, em 31 de março de 2018 (R\$223.288 dividido em R\$65.301, R\$1.545 e R\$156.442 para processos trabalhistas, cíveis e fiscais, respectivamente, em 31 de dezembro 2018), está sendo discutido tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

A movimentação da provisão para o período findo em 31 de março de 2019 é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	44.064	72.128
Adições, líquido de utilizações	4.556	4.557
Pagamentos	(1.926)	(1.926)
Ajuste de conversão	-	768
Saldo em 31 de março de 2019	<u>46.694</u>	<u>75.527</u>

16.1. Depósitos judiciais e garantias

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível. A Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos, registrou os saldos de depósitos judiciais, que estão substancialmente vinculados aos processos judiciais trabalhistas e previdenciários.

A Companhia também reconheceu um ativo no montante de R\$3.428 na controladora e R\$28.358 no consolidado (R\$3.428 controladora e R\$27.616 no consolidado em 31 de dezembro de 2018), decorrentes das garantias contratuais firmadas com os antigos acionistas da Tivit Chile (Synapsis).

Esses depósitos e garantias estão assim demonstrados:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Trabalhistas e previdenciárias	<u>14.581</u>	<u>11.222</u>
Total	<u>14.581</u>	<u>11.222</u>
Circulante	928	629
Não circulante	13.653	10.593
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Tributárias	13.750	13.281
Trabalhistas e previdenciárias	25.761	22.129
Total	<u>39.511</u>	<u>35.410</u>
Circulante	928	629
Não circulante	38.583	34.781

17. IMPOSTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Seguro de Acidente do Trabalho - SAT (*)	6.187	5.982	6.187	5.982
ISS	7.021	7.565	7.058	7.602
COFINS	4.654	5.358	4.654	5.358
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recolher	5.312	8.094	10.222	12.609
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta - CPRB	6.802	7.393	7.006	8.640
PIS	489	641	489	641
Imposto de renda e contribuição social	3.006	5.552	3.006	5.552
Outros	2.066	1.896	5.709	8.521
Total	35.537	42.481	44.331	54.905
Parcela do circulante	29.350	36.499	38.119	48.892
Parcela do não circulante	6.187	5.982	6.212	6.013

(*) Refere-se à medida liminar concedida pela Justiça Federal nos autos do Mandado de Segurança impetrado no ano 2009, com o objetivo de afastar a exigência da contribuição ao SAT, considerando o grau de risco da atividade desenvolvida pela Companhia como um todo, para manter o recolhimento da referida exação sob a alíquota corresponde à atividade exercida em cada um dos seus estabelecimentos.

18. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Provisão para férias e encargos sociais	50.087	53.981	54.963	59.553
Provisão de 13º salário e encargos	10.087	-	11.708	-
Participação nos resultados	9.417	16.610	13.628	19.641
Salários e encargos sociais	10.259	9.787	12.455	13.525
Outros	2.185	4.858	2.185	5.471
Total	82.035	85.236	94.939	98.190

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações financeiras intermediárias. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:		
Provisão para fornecedores	7.985	5.773
Ágio amortizado antes da incorporação	5.230	5.230
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.549	2.889
Provisão para dissídios e encargos sociais	3.308	2.387
Provisão para bônus	3.771	5.407
Provisão para SAT	2.104	2.034
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa(*)	196.650	198.182
Provisão para contingências oriundas de combinação de negócios	2.287	2.560
Provisão para plano de ações	142	1.261
Provisão para contingências	1.884	1.427
Outros	2.596	1.170
Total	228.506	228.320

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:		
Provisão para fornecedores	8.839	5.773
Ágio amortizado antes da incorporação	6.133	6.133
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.997	2.903
Provisão para dissídios e encargos sociais	3.842	3.421
Provisão para bônus	4.261	5.907
Provisão para SAT	2.104	2.034
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa (*)	201.829	204.214
Provisão para contingências oriundas de combinação de negócios	2.560	2.560
Provisão para plano de ações	308	1.261
Provisão para contingências	1.884	1.427
Outros	16.659	15.978
Total	251.416	251.611

(*) Em janeiro de 2018 ocorreu uma utilização no montante de R\$2.555 de base negativa e prejuízo fiscal em função da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT ocorrida durante o último trimestre de 2017. A Companhia aderiu ao programa de regularização tributária, envolvendo contingências fiscais relacionadas ao imposto de renda e contribuição social sobre os lucros, ao qual permitiu a compensação de parte do débito com o saldo de prejuízo fiscal.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Ágio de incorporadas (i)	434.847	434.315	434.847	434.315
Diferenças temporárias (ii)	46.791	49.728	46.851	49.967
Ativo fixo financeiro líquido	-	-	7.145	6.997
Ativo fixo - "arrendamentos mercantis"	-	-	5.944	5.601
Relacionamento com clientes oriundo de combinação de negócios (iii)	2.766	2.766	12.513	12.513
"Mais valia" de ativo imobilizado oriundo de combinação de negócios (iii)	532	532	3.059	3.059
Outros	1.413	1.413	973	1.431
Total	486.349	488.754	511.332	513.883

(i) Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do ágio amortizado fiscalmente que não transitou pelo resultado das operações.

(ii) Representadas pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do custo de aquisição de equipamentos de informática adquiridos por meio de arrendamento mercantil, já aproveitada a dedutibilidade fiscal na apuração do lucro real e da base negativa de contribuição social, e que ainda não transitou pelo resultado das operações após a mudança de prática contábil.

(iii) Referem-se à diferença temporária decorrente da alocação do preço pago da aquisição da Tivit Chile (Synapsis).

c) Movimentação líquida da rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos"

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	228.320	488.754	260.434
Adições	5.751	4.970	(781)
Baixas	(5.565)	(7.375)	(1.810)
Saldo em 31 de março de 2019	228.506	486.349	257.843
Classificados no ativo			-
Classificados no passivo			257.843

	Consolidada		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	251.611	513.883	262.272
Adições	10.154	7.463	(2.691)
Baixas	(10.790)	(10.527)	263
Ajuste de tradução	441	513	72
Saldo em 31 de março de 2019	251.416	511.332	259.916
Classificados no ativo			-
Classificados no passivo			259.916

d) Realização esperada do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, conforme indicado a seguir:

<u>Em 31 de março de 2019</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2019	26.554	28.220
2020	30.702	32.980
2021	34.966	38.420
2022	39.893	43.833
2023 em diante	<u>96.391</u>	<u>107.963</u>
Total	<u>228.506</u>	<u>251.416</u>

e) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2019 e de 2018 apresentam a seguinte reconciliação à alíquota nominal:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	19.907	27.219	21.621	29.057
Alíquota vigente do imposto de renda e da contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de imposto de renda e de contribuição social de acordo com as alíquotas vigentes	(6.768)	(9.254)	(7.351)	(9.879)
Bônus - estatutários	(359)	(342)	(359)	(342)
Equivalência patrimonial	1.912	1.057	-	-
Plano de compra de opção de ações - estatutários	(24)	(64)	(24)	(64)
Brindes e doações	(146)	(64)	(146)	(64)
Depreciação de veículos	-	(65)	-	(65)
Juros sobre capital próprio	4.494	3.143	4.494	3.143
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador	56	-	56	-
Incentivo Lei Roaunet e Lei Incentivo ao Esporte	14	-	14	-
Imposto pago por presunção - Exterior	-	-	(36)	-
Diferença de alíquota - exterior	-	-	(198)	(213)
Ajuste de tradução	-	-	(19)	(116)
Ajuste de reversão de Imposto de renda no exterior	-	-	-	(311)
Outros	(81)	4	953	488
Despesa com imposto de renda e contribuição social debitada ao resultado do período	<u>(902)</u>	<u>(5.585)</u>	<u>(2.616)</u>	<u>(7.423)</u>
Correntes	<u>(3.493)</u>	<u>-</u>	<u>(4.972)</u>	<u>(1.932)</u>
Diferidos	<u>2.591</u>	<u>(5.585)</u>	<u>2.356</u>	<u>(5.491)</u>

Alterações nas legislações tributárias – Argentina, Colômbia e Chile*Reforma tributária argentina*

Em 29 de dezembro de 2017, foi modificada a Lei do Imposto de Renda na Argentina cujo efeito principal é uma diminuição na taxa de imposto de renda para os lucros não distribuídos, passando de um percentual de 35% em 2017 para 20% no ano de 2020. Para os anos de 2018 e 2019 a taxa de imposto de renda é de 30%. No caso de os dividendos serem distribuídos sobre os lucros para esses anos (2018 a 2020), a alíquota aplicável é de 35%, para o qual o imposto já pago deve ser deduzido.

No caso das empresas com prejuízo fiscal, a taxa que se aplica como crédito para cada ano é a seguinte:

- 2017 - 35%
- 2018 - 30%
- 2019 -30%
- 2020- 25%

Reforma tributária chilena

Em 29 de setembro de 2014, foi aplicada uma reforma tributária que introduziu diversos ajustes no sistema tributário do Chile. Entre as principais alterações, essa reforma acrescenta um novo sistema fiscal semi-integrado, em que os contribuintes podem escolher livremente como pagar seus impostos. Para a Tivit Chile, aplica-se o sistema de tributação semi-integrado, conforme estabelecido por lei, sem descartar que no futuro mude para o sistema de renda atribuída.

O sistema semi-integrado proporciona um aumento gradual dos impostos de primeira categoria para os anos comerciais 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 em diante: 21%, 22,5%, 24%, 25,5% e 27%, respectivamente.

Reforma tributária colombiana

Em 28 dezembro de 2018, na Colômbia, foram introduzidas algumas modificações no regime fiscal para o exercício de 2019, conforme a seguir:

Imposto de renda: em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, a taxa de imposto de renda para as empresas da Colômbia:

<u>Tipo companhia</u>	<u>Ano</u>	<u>Tarifa</u>
Companhia nacional	2019	33%
Companhia nacional	2020	32%
Companhia nacional	2021	31%
Companhia nacional	2022	30%
Companhia em zona franca	2019	20%

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R\$1.106.094 e está dividido em 91.965.977 (91.965.977 em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

<u>Acionista</u>	<u>31/03/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	<u>Número de ações</u>	<u>%</u>	<u>Número de ações</u>	<u>%</u>
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	86.414.051	93,96	86.414.051	93,96
Luiz Roberto Novaes Mattar	4.491.752	4,88	4.491.752	4,88
Ações em tesouraria	395.245	0,43	-	-
Outros	664.929	0,73	1.060.174	1,16
Total	91.965.977	100,00	91.965.977	100,00

A Companhia fica autorizada mediante deliberação do Conselho de Administração a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de ações ordinárias adicionais até o limite de 134.868.561 (cento e trinta e quatro milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quinhentas e sessenta e uma) ações ordinárias.

Conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2017 foram recompradas 1.311.002 ações para manutenção em tesouraria. Em 12 de setembro de 2018 essas ações em tesouraria foram canceladas, sem alteração da cifra do capital social da Companhia.

Conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de fevereiro de 2019, no dia 15 de fevereiro de 2019 foram recompradas 395.245 ações para manutenção em tesouraria.

b) Reserva legal, reserva de retenção de lucros, dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, conforme disposto na Lei das Companhias por Ações, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social.

Em 29 de março de 2018, foram destinados R\$9.246 para juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2018.

Em 29 de junho de 2018, foram destinados R\$19.516 para juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2018.

Em 27 de setembro de 2018, foram destinados R\$19.857 para juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2018.

Nos dias 27 e 28 de setembro de 2018, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos no valor de R\$5.028 referente ao ano de 2017 e juros sobre o capital próprio no valor de R\$48.618, referente ao exercício de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, após a constituição da reserva legal de 5% sobre o lucro líquido, foram destinados R\$25.591 para dividendos propostos e R\$21.000 para juros sobre o capital próprio. Em 15 de fevereiro de 2019 a Companhia efetuou o pagamento referente aos juros sobre capital próprio.

Em 28 de março de 2019, foram destinados R\$13.219 para juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2019.

c) Reserva do programa de compra de ações

Refere-se à contrapartida do reconhecimento da despesa referente ao plano de opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 26.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das conversões das informações financeiras intermediárias de controladas no exterior que tenham moeda funcional diferente da moeda de reporte. O efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Considera-se também o efeito da variação cambial sobre o contas a pagar gerado a partir da transferência do controle societário das controladas Synapsis Argentina SRL, Synapsis Chile e Synapsis Peru SRL (vide nota explicativa nº 20), devido a essas transações fazerem parte do investimento líquido da aquisição da Synapsis.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo circulante:		
Contas a receber:		
Tivit Chile	91	91
Tivit Peru SRL	98	98
México (f)	69	4.806
Neobpo (d)	<u>1.882</u>	<u>3.799</u>
Total	<u>2.140</u>	<u>8.794</u>
Ativo não circulante:		
Mútuo:		
Neobpo (a)	<u>16.398</u>	<u>16.064</u>
Total	<u>16.398</u>	<u>16.064</u>
Passivo circulante:		
Contas a pagar:		
Neobpo (e)	875	895
Neobpo (b)	353	3
Tivit Chile (i)	<u>1.841</u>	<u>-</u>
Total	<u>3.069</u>	<u>898</u>
Passivo não circulante:		
Contas a pagar:		
Synapsis Argentina SRL (c)	13.800	13.800
Tivit Chile (c)	8.452	8.313
One Cloud	1.556	1.556
Synapsis Peru SRL (c)	<u>27</u>	<u>29</u>
Total	<u>23.835</u>	<u>23.698</u>
Mútuo:		
Tivit Chile (g)	6.991	6.712
Tivit Peru (h)	<u>2.014</u>	<u>1.944</u>
Total	<u>9.005</u>	<u>8.656</u>
Total	<u>32.840</u>	<u>32.354</u>
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Resultado líquido:		
Neobpo	739	1.308
Atualização monetária – contrato de mútuo (a)	334	318
Variação cambial (g) e (h)	<u>209</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.282</u>	<u>1.626</u>

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Ativo circulante:		
Contas a receber:		
Neobpo (d)	1.881	3.799
Total	<u>1.881</u>	<u>3.799</u>
Ativo não circulante:		
Mútuo:		
Neobpo (a)	16.398	16.064
Total	<u>16.398</u>	<u>16.064</u>
Passivo circulante:		
Contas a pagar:		
Neobpo (e)	875	895
Neobpo (b)	353	3
Total	<u>1.228</u>	<u>898</u>
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Resultado líquido:		
Neobpo	739	1.308
Atualização monetária – contrato de mútuo (a)	334	318
Variação cambial (g) e (h)	209	-
Total	<u>1.282</u>	<u>1.626</u>

- (a) Refere-se a contrato de mútuo em reais com prazo de quitação previsto para 2021 conforme definido no anexo 1 do Segundo Aditamento ao contrato de mútuo datado de 29 de setembro de 2017. As parcelas serão acrescidas de 100% (cem por cento) da variação das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extragrupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 – Segmento Cetip UTMV, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (Taxa DI), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 2,3198% a.a., base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo devedor, a partir da data de início do contrato até o dia da efetiva liquidação das parcelas previstas.
- (b) Referem-se a saldos a pagar em reais pela Companhia para a parte relacionada Neobpo em decorrência da separação razoável das obrigações de cada uma no momento da cisão das operações de "Business Process Outsourcing – BPO", ocorrida em 31 de dezembro de 2016.
- (c) Em janeiro de 2015, a Companhia adquiriu a Synapsis Brasil S.A. da Tivit Chile e Synapsis Argentina SRL, gerando um passivo a pagar em reais para essas empresas nos montantes de R\$947 e R\$18.022, respectivamente. Em fevereiro de 2016, foram amortizados R\$3.204 e em novembro de 2017 amortizados R\$1.018 do valor a pagar à Synapsis Argentina.

Exceto pelo valor de R\$947, o montante de R\$8.342, sendo Tivit Chile R\$8.313 e Synapsis Peru R\$29, referem-se a conta corrente entre a Companhia e essas controladas. Todos esses valores estão atrelados ao dólar americano (USD). A Companhia não tem um cronograma definido para a quitação desse passivo. Essas transações não têm atualização monetária.

- (d) Refere-se a contas a receber em reais referente ao contrato de prestação de serviços de TI e "cloud" para a Neobpo.
- (e) Refere-se ao contrato de aluguel em reais, de espaços utilizados para a prestação de serviços a determinados clientes.
- (f) Refere-se a contrato de prestação de serviços em dólar americano (USD) para implementação e consolidação de data center na controlada Tivit México.
- (g) Refere-se a contrato de mútuo em peso chileno, com prazo de quitação previsto para 2023 conforme definido na cláusula segunda do contrato de mútuo datado de 28/12/2018. O pagamento será efetuado somente no final do contrato acrescido a uma taxa de 6,40% a.a.
- (h) Refere-se a contrato de mútuo em novo sol, com prazo de quitação previsto para 2023 conforme definido na cláusula quinta do contrato de mútuo datado de 27/12/2018. O pagamento será efetuado somente no final do contrato acrescido a uma taxa de 6,40% a.a.
- (i) Refere-se a contrato em dólar americano (USD) para prestação de serviços de implementação e consolidação de "cloud" na controlada Tivit Chile.

Em 31 de março de 2019 a Companhia tinha o montante de R\$228.336 referente a avais e garantias concedidas para as controladas Tivit Chile, Tivit Colômbia e Synapsis Argentina.

22. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Receita de serviços prestados	362.967	353.555	436.220	422.094
Impostos sobre serviços prestados (*)	(49.626)	(48.313)	(49.625)	(48.313)
Receita líquida de serviços	<u>313.341</u>	<u>305.242</u>	<u>386.595</u>	<u>373.781</u>

(*) Refere-se ao PIS, COFINS, ISS e CPRB incidentes sobre os serviços prestados.

23. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Despesas com pessoal	171.892	167.533	200.685	198.230
Depreciações e amortizações	32.874	28.389	40.213	34.408
Manutenção de equipamentos de informática e de telecomunicações	42.283	36.836	45.906	40.879
Despesas com ocupação	10.434	7.828	12.970	10.251
Telefonia, conectividade e "link"	4.781	5.836	7.222	8.470
Aluguel e condomínio (i)	1.105	6.370	2.364	8.896
Serviços de terceiros	13.880	11.995	22.457	21.589
Viagens	1.957	2.160	4.449	2.752
Equivalência patrimonial	(5.345)	(3.106)	-	-
Outros custos e despesas, líquidas	5.677	238	10.546	2.105
Total	<u>279.538</u>	<u>264.079</u>	<u>346.812</u>	<u>327.580</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	250.049	236.494	302.790	287.357
Despesas com vendas	14.197	11.209	16.726	13.585
Despesas gerais e administrativas	20.785	19.482	27.459	26.638
Resultado de equivalência patrimonial	(5.345)	(3.106)	-	-
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	(148)	-	(163)	-
Total	279.538	264.079	346.812	327.580

- (i) A partir da adoção da IFRS 16 – Arrendamentos, apenas aluguéis e condomínios relacionados a pagamentos variáveis de arrendamento ou atrelados a contratos de curto prazo ou de ativos baixo valor são registrados como despesas neste grupo.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Receitas financeiras:				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.638	182	1.878	182
Outras receitas	800	318	800	388
Total	2.438	500	2.678	570
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(11.147)	(10.311)	(13.844)	(12.576)
Juros de arrendamento	(4.348)	(3.319)	(5.662)	(3.787)
Outras despesas financeiras	(3.351)	(160)	(4.153)	(693)
Variação do valor justo – “swap” CDI	1.281	(809)	1.281	(809)
Ajuste MTM Swap	1.300	-	1.300	-
Total	(16.265)	(14.599)	(21.078)	(17.865)
Variação cambial, líquida	(69)	155	238	151
Total	(69)	155	238	151
Resultado financeiro	(13.896)	(13.944)	(18.162)	(17.144)

25. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Em 31 de março de 2019, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$4.012 na controladora e consolidado (R\$4.045 na controladora e consolidado em 31 de março de 2018), sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários	1.781	1.598
Bônus	1.274	1.321
Plano de opção de compra de ações	872	1.040
Outros benefícios	85	86
Total	4.012	4.045

26. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Controladora

Em Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 13 de julho de 2010 (Plano 1) e em 26 de dezembro de 2016 (Plano 2), os acionistas da Companhia aprovaram os planos de opção de compra de ações da Companhia para os diretores estatutários e principais colaboradores da Companhia, cujo objetivo é contribuir com os interesses da Companhia mediante a outorga de ações ordinárias de sua emissão. A outorga de opções de compra de ações foi limitada ao máximo de 6% do total de ações ordinárias, considerando nesse total o efeito da diluição que resultar do exercício de todas as opções de compra de ações outorgadas e não exercidas.

As condições de aquisição de direito das opções estão atreladas a anos de serviço, atingimento de preços-alvo da ação e evento de liquidez.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo binomial de precificação de opções, que considerou as seguintes variáveis e resultados:

Principais termos e condições referentes às outorgas de opção de compra de ações									Premissas valor justo	
Plano	Data	Opções outorgadas	Exercidas	Canceladas	Em circulação	(*) Preço de exercício - reais	Precificação de opções a data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco - % (*)	Prazo de maturidade
1	2010	4.993.106	-	-	4.993.106	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2011	627.607	-	(415.803)	5.204.910	9,48 e 3,52	de R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2012	1.028.401	-	(766.413)	5.466.898	9,48 e 3,52	de R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2013	337.652	-	(231.802)	5.572.748	9,48 e 3,52	de R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2013	106.827	-	-	5.679.575	9,48 e 3,52	de R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2014	15.000	-	(402.449)	5.292.126	9,48 e 3,52	de R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2015	423.547	(1.383.369)	(181.523)	4.150.781	9,48 e 3,52	de R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2016	31.357	-	(120.672)	4.061.466	9,48 e 3,52	de R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
2	2016	3.397.810	-	(80.000)	3.299.810	28,95 e 3,05	32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	3 anos
1	2017	225.386	(4.286.851)	-	-	-	-	-	-	-
2	2017	152.790	-	(93.333)	3.359.267	28,95 e 3,05	32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	3 anos
2	2018	710.000	-	(33.333)	4.035.934	28,95 e 3,05	32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos
2	2018	-	-	(57.500)	3.978.434	28,95 e 3,05	32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos
2	2018	-	-	(30.000)	3.948.434	28,95 e 3,05	32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos

(*) Em função da cisão do segmento de BPO, a Administração da Companhia aprovou a segregação do preço de exercício dos Planos 1 e 2 entre a Companhia e a Neobpo, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Tivit</u>	<u>Neobpo</u>	<u>Total</u>
Plano 1	9,48	3,52	13,00
Plano 2	28,95	3,05	32,00

A Companhia teve suas ações negociadas na Bolsa de valores no período de 2009 a 2011. As normas contábeis permitem que nesse caso seja considerada a volatilidade histórica de entidades similares. Entretanto, como não foram encontradas empresas que exerçam exatamente a mesma atividade da Companhia, a Administração optou por utilizar apenas a sua própria volatilidade histórica. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral dos detentores da opção.

Para a determinação da taxa de juros livre de risco, foi considerada a taxa das letras no tesouro nacional (LTN) com vencimentos mais próximos à data de maturidade das opções.

As despesas referentes ao valor justo das opções concedidas reconhecidas no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2019, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito ao exercício das opções de compras de ações, foram de R\$488 (R\$1.284 em 2018), registradas na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Controladas (Tivit Chile e Tivit Colômbia)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta para o Plano Phantom de Stock Options Latam. Esse plano possui o prazo de 4 anos (2015 a 2019) e será liquidado em caixa. A outorga de opções de compra de ações foi limitada ao máximo de 420.000 opções phantom.

Principais termos e condições referentes às outorgas de opção de compra de ações							Premissas valor justo		
Data	Opções outorgadas	Exercidas	Canceladas	Em circulação (efeito acumulado)	Preço de exercício - reais	Precificação de opções	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco - % (*)	Prazo maturidade
2015	390.000	-	-	390.000	22,49	18,98	31,2%	de 13,04% a 11,46%	4 anos
2018	20.000	(11.700)	(18.300)	380.000	22,49	18,98	31,2%	de 13,04% a 11,46%	2 anos

A Companhia teve suas ações negociadas na Bolsa de valores no período de 2009 a 2011. As normas contábeis permitem que nesse caso seja considerada a volatilidade histórica de entidades similares. Entretanto, como não foram encontradas empresas que exerçam exatamente a mesma atividade da Companhia, a Administração optou por utilizar apenas a sua própria volatilidade histórica. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral dos detentores da opção.

As despesas referentes ao valor justo das opções reconhecidas no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2019 foram de R\$83 (R\$199 em 2018), registradas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" em contrapartida ao passivo.

27. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico IAS 33/CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão demonstrados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	19.005	21.634
Quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	91.966	93.277
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,21</u>	<u>0,23</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	19.005	21.634
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	91.966	93.277
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opções	1.005	958
Total (em milhares)	<u>92.971</u>	<u>94.235</u>
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,20</u>	<u>0,23</u>

28. OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS FUTUROS

Os principais compromissos assumidos pela Companhia são:

- Energia elétrica - contrato de fornecimento de energia elétrica para provimento de insumo no desenvolvimento da atividade econômica. Esses contratos tiveram início em julho de 2013 (sem data de vencimento). No período de três meses findo em 31 de março de 2019, os custos relacionados a esse contrato foram de R\$9.337 (R\$5.714 em 31 de março de 2018), os quais foram apropriados ao resultado. A Administração não espera alterações relevantes nesses custos nos próximos exercícios.
- Telefonia - contratos de prestação de serviços de telefonia, os quais consistem no recebimento de transmissão de voz. Os contratos têm prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No período de três meses findo em 31 de março de 2019, os custos relacionados a esses contratos foram de R\$800 (R\$1.578 em 31 de março de 2018), os quais foram apropriados ao resultado. Em 31 de março de 2019, com base nos contratos vigentes, a Administração entende que gastos futuros com telefonia serão consistentes com os gastos incorridos.
- Transmissão e entrega de sinais digitais - consistem em recebimento, transmissão e entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pela Companhia. Os contratos têm prazos variáveis de vigência. No período de três meses findo em 31 de março de 2019, os custos relacionados a esses contratos foram de R\$6.494 (R\$5.139 em 31 de março de 2018), os quais foram apropriados ao resultado. Em 31 de março de 2019, com base nos contratos vigentes, a Administração entende que os gastos futuros com transmissão e entrega de sinais digitais serão consistentes com os gastos incorridos.
- Licenças - contrato de fornecimento dos seguintes itens: (a) licenças perpétuas de uso dos módulos e das aplicações de sistemas; (b) serviços de atualização de licenças/suporte técnico; e (c) serviços de implementação, adaptação, parametrização e treinamento. Os contratos têm prazos variáveis de vigência. No período de três meses findo em 31 de março de 2019, os custos relacionados a esse contrato foram de R\$35.809 (R\$26.553 em 31 de março de 2018), os quais foram apropriados ao resultado. Em 31 de março de 2019, com base nos contratos vigentes, a Administração entende que os gastos futuros com licenças serão consistentes com os gastos incorridos.
- Contratos de arrendamento - a Sociedade possui diversos contratos de arrendamento de equipamentos com diversas instituições financeiras, cujos detalhes estão apresentados nas notas explicativas nº 12 e nº 15.

Fianças bancárias

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas apresentam a seguinte composição:

Modalidade	31/03/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Garantias destinadas a aluguéis	-	185	-	232
Garantias judiciais	258	25.162	258	26.398
Garantias de clientes	6.116	36.938	6.116	32.717
Total	6.374	62.285	6.374	59.347

29. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Fornecedores de ativo imobilizado não liquidados	129	318	5.761	940
Ativo imobilizado adquirido por meio de arrendamento mercantil	19.551	-	19.551	-
Pagamento de contingências com depósitos judiciais	204	-	204	-
Provisão de dividendos	-	-	-	-
Provisão de juros sobre capital Próprio	13.219	9.246	13.219	9.246
Compensação de impostos com prejuízo fiscal	-	2.555	-	2.555

30. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Com base nos contratos vigentes, os limites máximos de indenização contratados (consolidado) apresentam a seguinte composição:

Descrição	Ramo da apólice	Limite máximo de indenização consolidado	
		<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - danos materiais e lucros cessantes	820.917	772.813
Responsabilidade civil	Reclamações para reparos de danos involuntários, materiais e/ou corporais, causados a terceiros	39.113	38.896
Responsabilidade profissional	Reclamações apresentadas por perdas financeiras resultantes dos serviços prestados aos clientes	7.000	7.000
Automóveis	Cobertura básica	25.930	22.938
Pessoas	Seguro de responsabilidade civil dos administradores	138.750	138.750
Pessoas	Vida em grupo e acidentes pessoais	689.488	734.951

31. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 8 de maio de 2019.